

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDUARDO MALUCELLI ARAÚJO

ANTIDUMPING: prática protecionista no comércio internacional.

CURITIBA

2013

EDUARDO MALUCELLI ARAÚJO

ANTIDUMPING: prática protecionista no comércio internacional.

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do grau de Bacharel em  
Direito, no Curso de Graduação em  
Direito, Setor de Ciências Jurídicas,  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Ditzel  
Faraco

CURITIBA

2013

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

EDUARDO MALUCELLI ARAÚJO

ANTIDUMPING: prática protecionista no comércio internacional.

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Alexandre Ditzel Faraco

Orientador – Departamento de Direito Público, UFPR

---

---

Curitiba, XX de XXX de 2013

## **RESUMO**

Esta monografia discorre sobre as medidas antidumping, estabelecendo uma crítica ao seu uso abusivo com finalidades protecionistas, o que causa tensões no comércio internacional, prejudicando indústrias e sacrificando o interesse dos consumidores. Embora seja cada vez mais comum a utilização de tais medidas com viés protecionista, a presente monografia representa um esforço no sentido de combater essa banalidade, trazendo algumas sugestões para acabar com esse problema. Mais do que acreditar na efetiva liberalização do comércio internacional, acreditamos num ambiente justo para o desenvolvimento das indústrias e para o livre exercício da atividade de consumo, fatores que vem sendo massacrados pelo ímpeto protecionista dos Estados Nacionais e de grupos de interesse.

Palavras-chave: Dumping; Antidumping; Protecionismo; Direito Econômico Internacional.

## **ABSTRACT**

This essay discusses the anti-dumping measures, establishing a criticism of their abuse with protectionist purposes, which causes tensions in international trade, hurting industries and sacrificing the interests of consumers. Although it is increasingly common to use such measures with protectionist bias, this essay represents an effort to combat this banality, bringing some suggestions to end this problem. More than believing in the effective liberalization of international trade, we believe in a fair environment for the development of industries and the free exercise of consumer activity, factors that have been massacred by the protectionist impetus of the National States and interest groups.

Keywords: Dumping, Antidumping, Protectionism, International Economic Law.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO I - DUMPING: CONCEITO E CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 DEFINIÇÃO DE DUMPING .....</b>	<b>7</b>
1.1 A VENDA ABAIXO DO VALOR NORMAL .....	10
1.2 A DEFINIÇÃO DE DANO À INDÚSTRIA NACIONAL E OS CRITÉRIOS PARA SUA IDENTIFICAÇÃO. ....	12
1.3 A VERIFICAÇÃO DO NEXO CAUSAL.....	13
<b>2 MEDIDAS ANTIDUMPING NO CENÁRIO INTERNACIONAL.....</b>	<b>14</b>
<b>3 MEDIDAS ANTIDUMPING NO ÂMBITO NACIONAL .....</b>	<b>17</b>
<b>4 MEDIDAS ANTIDUMPING NO ÂMBITO REGIONAL .....</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO II - A FACETA PROTECIONISTA DAS MEDIDAS ANTIDUMPING .....</b>	<b>25</b>
<b>1 NOÇÕES SOBRE PROTECIONISMO .....</b>	<b>25</b>
1.1 ARGUMENTOS A FAVOR DO PROTECIONISMO .....	29
1.2 ARGUMENTOS A FAVOR DO LIVRE MERCADO.....	31
<b>2 ABUSOS PROTECIONISTAS NO ANTIDUMPING .....</b>	<b>32</b>
<b>CAPÍTULO III – PELO FIM DO PROTECIONISMO DISFARÇADO: MELHORIAS OU EXTINÇÃO DO ANTIDUMPING? .....</b>	<b>43</b>
<b>1 PROPOSTA DE ABOLIÇÃO DO ANTIDUMPING .....</b>	<b>44</b>
<b>2 PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO ANTIDUMPING .....</b>	<b>45</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>

## INTRODUÇÃO

A afirmativa de que as medidas antidumping são utilizadas com finalidades protecionistas pelos Estados Nacionais para defender seus interesses econômicos traz à tona um tema de grande atualidade. Na verdade, mais correto seria dizer que se trata de um tema recorrente, cuja atualidade sempre se renovou e nunca foi questionada. O que se percebe é que protecionismo e antidumping têm caminhado de mãos dadas há muito tempo. O que vemos hoje é tão somente a continuidade de um problema que existe há décadas, ainda que sob nova roupagem. Por isso, o estudo das medidas antidumping e de seus reflexos econômicos, sociais e jurídicos é de grande importância.

É de conhecimento geral que o antidumping é capaz de afetar o comércio internacional, principalmente na perspectiva da concorrência internacional. Por isso, é importante averiguar quais são os efeitos causados pelo uso de medidas antidumping, com ênfase para os efeitos deletérios que atingem as indústrias exportadoras vitimadas por tais medidas e que atingem os consumidores do país importador.

Além disso, é de extrema pertinência o estudo desse tema no âmbito nacional. A razão para isso está no fato de que o Brasil, bem como diversos países em desenvolvimento, tem utilizado as medidas antidumping de forma cada vez mais acentuada. Antigamente, o antidumping era uma prática característica de países desenvolvidos. Hoje, esse quadro se inverteu. Esse acréscimo na utilização de medidas antidumping pelos países em desenvolvimento tem sido responsável pelo aumento nas tensões e nos conflitos comerciais internacionais. Assim, sendo o antidumping o enfoque principal deste trabalho, é fundamental que sejam verificadas as razões para o aumento no uso desse tipo de medida.

Também é importante destacar que a aplicação de medidas antidumping traz muito mais do que meras repercussões jurídicas, uma vez que os principais impactos são verificados sobre a economia e sobre a própria sociedade. Entretanto, o foco desse trabalho foi estudar o impacto do estabelecimento de privilégios para alguns setores produtivos em detrimento de outros, ou seja, o uso do antidumping com enfoque protecionista. Não é por outra razão que tais privilégios se enquadram

naquilo que muitos autores chamam de Neoprotecionismo, por se tratar de um protecionismo cada vez mais sofisticado, seletivo e incisivo.

Portanto, ao contrário do que muitos pensam, a liberalização do comércio internacional não é uma realidade incontestável, mesmo após muitos anos de vigência do Acordo Constitutivo da OMC. Veremos que as medidas antidumping representam muito mais do que uma forma de defesa contra práticas desleais no comércio internacional. Na verdade, veremos que essas medidas são verdadeiras armas neoprotecionistas autorizadas pelo corpo normativo da OMC, o que suscita uma série de críticas, as quais serão expostas e combatidas ao longo deste trabalho.

Este trabalho consiste em três capítulos. O primeiro capítulo começa com uma análise conceitual do dumping, com ênfase na sua dimensão jurídica e nas suas especificidades técnicas conforme a legislação brasileira. Em seguida, no mesmo capítulo, é feita uma contextualização do conceito, a partir de apontamentos sobre a sua evolução histórica ao redor do mundo. Por fim, foi feita uma breve explicação sobre o procedimento antidumping no Brasil e no Mercosul, com o intuito de esclarecer a aplicabilidade do conceito dentro de um processo de investigação.

No segundo capítulo discorreremos sobre o fenômeno do protecionismo e como ele pode ocorrer através da utilização abusiva das medidas antidumping. É apresentado, de maneira breve, o que significa o protecionismo, seus efeitos maléficos e a relação que ele possui com os direitos antidumping.

Por fim, o terceiro capítulo e a conclusão são guiados pela ideia de que o protecionismo é um mal a ser combatido, de forma que a parte final do trabalho é destinada a apresentar as soluções ou alternativas que são sugeridas por importantes estudiosos do tema. Além disso, firmamos o nosso posicionamento em favor de um aprimoramento das leis antidumping, pois acreditamos que alterações pontuais já podem ser o bastante para coibir o protecionismo subjacente aos direitos antidumping.



## **CAPÍTULO I - DUMPING: CONCEITO E CONTEXTUALIZAÇÃO**

### **1 DEFINIÇÃO DE DUMPING**

O conceito de dumping é bastante volátil. Segundo Lôbo (2007), as definições doutrinárias costumam se confundir com outras figuras jurídicas, o que evidencia a falta de clareza em sua elucidação. No mesmo sentido, Barral (2000) afirma que a doutrina diverge sobre a utilização do termo, não havendo um grande rigor técnico na sua elaboração.

“Vale a pena lembrar que o termo dumping, em inglês, significa desfazer, jogar fora ou transferir, o que pode ser associado à prática de vender abaixo do preço com intenção de causar dano a alguém”. (THORSTENSEN, 2005, p.115). Como se percebe, o dumping pode ser associado a uma conduta negativa, inclusive pelo significado semântico que possui. Entretanto, veremos mais adiante que associar o dumping a uma prática reprovável é errado. Uma análise cuidadosa sugere que o dumping, por si só, não é um problema.

Mas antes de adentrarmos na análise minuciosa do conceito, é interessante citar algumas particularidades do dumping, mencionadas por Barral (2000). Uma dessas particularidades é que o dumping está sempre relacionado à ideia de prática desleal de comércio. Além disso, não há qualquer tipo de tradução, de modo que sempre se utiliza o termo em inglês. Por fim, o autor salienta que a noção de dumping costuma ser entendida sob um viés pejorativo, pois costuma ser associada a um comportamento condenável.

Também vale destacar, a caráter introdutório, a excelente explicação de Araújo e Miranda (2008, p. 1):

Um ponto comum entre as normas antidumping (AD) da Organização Mundial do Comércio (OMC) e as diversas legislações nacionais surgidas ao longo do último século é o de que todas estão baseadas numa definição formulada por Viner em 1923, segundo a qual uma firma estaria praticando dumping ao exportar um produto a um preço inferior àquele vigente no mercado doméstico. Ao ser convertida em instrumento de política comercial, a definição de Viner sofreu, no entanto, uma pequena, mas crucial, adaptação, que foi a introdução do conceito de ‘valor normal’, que, em princípio, deveria ser idêntico ao preço doméstico. Na ausência deste preço,

o 'valor normal' seria estimado indiretamente, através das exportações para terceiros países, ou a partir de indicadores sobre os custos de produção no país de origem. Mas, em qualquer caso, o conceito de dumping sempre seria sinônimo de discriminação de preços, tal como sugerido por Viner.

Feitas as considerações iniciais, podemos seguir para uma abordagem jurídica do conceito. No Black's Law Dictionary, dumping está definido como a venda em grandes quantidades e a preços muito baixos, ou ainda, a exportação a preço inferior ao preço de venda no mercado doméstico. Esta última é a definição adotada por Barral (2000), pois seria aquela que mais se aproxima da definição normativa. No mesmo sentido, Kramer (2012) afirma que essa seria a definição técnica mais apropriada, pois se relaciona com o preço de venda e não com o custo, conforme consta das regras da OMC.

Na esteira do que esses autores comentam, e conforme leciona Lôbo (2007), o conceito de dumping deve ser buscado no artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Determina o referido dispositivo (tradução nossa):

“As partes contratantes reconhecem que o ‘dumping’ que introduz produtos de um país no comércio de outro país, por valor abaixo do normal, deve ser condenado se causa ou ameaça causar prejuízo material a uma indústria estabelecida no território de uma parte contratante, ou se retarda, sensivelmente, o estabelecimento de uma indústria nacional. (...)”<sup>1</sup>.

A partir dessa definição, Lôbo (2007, p. 85) explica que:

O dispositivo transcrito promove, todavia, uma distinção que é de suma importância para o tema que faz aqui nossos cuidados. Referimo-nos à separação entre o dumping condenável e o dumping não condenável. O primeiro traz consequências prejudiciais à indústria nacional. O segundo, pelo contrário, não causa dano ou ameaça de dano a qualquer setor produtivo do país importador.

Conforme Lôbo (2007), o dumping condenável se configura pela presença de três elementos, a saber: a) venda por preço inferior ao valor normal; b) ocorrência

---

<sup>1</sup> “The contracting parties recognize that dumping, by which products of one country are introduced into the commerce of another country at less than the normal value of the products, is to be condemned if it causes or threatens material injury to an established industry in the territory of a contracting party or materially retards the establishment of a domestic industry. (...)”.

de dano à indústria nacional; e c) nexo causal existente entre o primeiro e o segundo elemento. Ainda de acordo com o autor, a venda por preço inferior ao valor normal é uma característica do dumping enquanto gênero. As outras duas características são as que propriamente caracterizam o dumping condenável.

Acerca do dumping condenável também são pertinentes as conclusões de Santoro (2009, p. 34):

Porém, deve-se observar que o *dumping* só ensejará a adoção de medidas antidumping se for considerado condenável. O Acordo Antidumping da OMC fixa alguns requisitos que devem ser observados antes da adoção de tais medidas. Um destes requisitos é a existência de uma margem mínima de *dumping*, e, além disto, também se faz necessária a prova da ocorrência de prejuízos pela indústria doméstica do país importador. Satisfeitos estes requisitos se está diante do *dumping* condenável. Somente após tal prova é que serão consideradas legítimas, pelo regramento da OMC, as medidas antidumping.

Antes de aprofundarmos a questão do dumping condenável, cabe citar mais uma proposta conceitual. Em sentido ligeiramente diverso, Azúa (1986, *apud* BRITO, 2011) define que o dumping se configura nas situações em que há discriminação de preços entre dois mercados, o que acontece quando uma mercadoria é exportada a preços inferiores aos do mercado interno, causando dano à indústria do país importador.

Essa última definição se aproxima do conceito econômico de dumping, pois trabalha com a ideia de discriminação de preços entre mercados. Entretanto, a definição econômica de dumping não nos interessa. Portanto, antes de encerrar o tratamento conceitual do dumping, devemos mencionar o fato de que, para os fins deste trabalho, limitaremos o estudo aos aspectos jurídicos, não adentrando nas outras searas científicas em que o dumping também se encontra presente. Em outras palavras, reconhecemos a existência de outras abordagens conceituais, como o conceito econômico e o conceito social do dumping, mas eles serão suprimidos. A razão para essa supressão é inteiramente metodológica, já que pretendemos evitar a horizontalização do trabalho através de tratamentos superficiais sobre as diferentes conceituações de dumping. Decidimos focar, portanto, apenas no conceito jurídico. Essa foi a maneira escolhida para verticalizar

o tema e facilitar a compreensão das críticas que serão apresentadas no decorrer deste trabalho.

Sendo assim, seguimos agora para uma análise mais minuciosa do conceito jurídico de dumping, na sua modalidade condenável, tudo conforme os ensinamentos de Lôbo (2007). Veremos os detalhes pertinentes ao valor normal, ao dano à indústria doméstica e ao nexo de causalidade.

## 1.1 A VENDA ABAIXO DO VALOR NORMAL

Identificar o valor normal de um produto significa, dentro da lógica do dumping, apurar o preço de venda do produto exportado no mercado interno do país exportador. Isto é, se um país exporta um produto a um valor notavelmente inferior ao que pratica em seu mercado interno, estará caracterizado o dumping, pois a exportação foi feita abaixo do “valor normal”.

A princípio, a verificação do valor normal depende da existência de produto similar no mercado interno do país exportador. Isso quer dizer que a correspondência entre o produto exportado e o produto vendido no mercado interno deve ser exata, pois não se admite mera semelhança, conforme destaca Lôbo (2007). Segundo o autor, o artigo 2.8 do AAD só autoriza mera semelhança quando não houver bem idêntico, sendo possível tomar como referência outro produto que seja muito parecido. Conforme Lôbo (2007) podem surgir problemas quando não houver produto idêntico ou muito similar, pois não existem parâmetros para graduar a similitude de um produto. Dessa forma, o referido dispositivo abre grande margem para subjetividades.

Para a comparação de preços também devemos recorrer ao artigo 2.5 do AAD, segundo o qual devem ser comparados os produtos conforme saem da fábrica, além de serem considerados os valores de venda efetuadas em datas próximas. Posteriormente devem ser analisados outros fatores que podem influenciar no preço (tributos, por exemplo). Após a comparação de preços deve haver uma margem mínima de diferença para que seja caracterizado o dumping. Segundo o artigo 5.8, a diferença deve ser de no mínimo 2%, caso contrário o processo antidumping não pode persistir.

O método de cálculo da margem de dumping está previsto no artigo 2.6 do AAD. Segundo Lôbo (2007), são dois métodos possíveis: a) comparação entre valor normal médio ponderado e o preço médio ponderado de todas as exportações equivalentes; b) comparação entre o valor normal e os preços de exportação aferidos em cada operação específica. Lôbo (2007) explica que o dispositivo determina que seja utilizado o mesmo método, não sendo permitida a comparação do valor normal ponderado com o preço de exportação individual, pois assim se evita eventuais distorções no cálculo da margem. Apenas em situações excepcionais é permitida a utilização dos dois métodos em conjunto, notadamente quando houver o “dumping focalizado”, nas palavras de Lôbo (2007, p. 92). Segundo o autor, esse tipo de dumping ocorre quando o país exportador possui diversas pautas de exportação, muito distintas entre si pelo fato de serem direcionadas a diferentes compradores, regiões ou períodos, de modo que o país exportador trata este ou aquele comprador de maneira diferenciada, praticando um dumping específico.

Portanto, concluímos com Lôbo (2007) no sentido de que, excetuadas as situações acima citadas, todas as exportações devem ser consideradas no momento em que o dumping for verificado, inclusive nos casos em que a margem de dumping for negativa, ou seja, quando apresentam preço superior ao praticado no mercado de origem do produto.

Por fim, Lôbo (2007) menciona a possibilidade de haver dificuldades na identificação do país exportador, pois nem sempre o país que produz é o mesmo que exporta. O Código Antidumping determina que a comparação seja feita com base no país que exporta o produto. Todavia, o autor ressalta que nada impede que as autoridades nacionais optem por pelo país produtor (país de origem), desde que haja a devida fundamentação. Pode ocorrer, por exemplo, que o país exportador seja na verdade um mero intermediário por onde a mercadoria passa, ou quando não haja no país exportador um produto similar ou com preço comparável.

## 1.2 A DEFINIÇÃO DE DANO À INDÚSTRIA NACIONAL E OS CRITÉRIOS PARA SUA IDENTIFICAÇÃO.

Conforme já explicado anteriormente, a mera diferença de preços pode caracterizar o dumping, mas não necessariamente o dumping condenável. Para que haja dumping condenável e a consequente aplicação de medidas antidumping, é imprescindível que se verifique a ocorrência de dano à indústria do país importador. Segundo Lôbo (2007, p. 96), “o conceito de dano compreende o dano efetivo ou ameaça de dano a um dado setor produtivo [...]”. Nesse sentido, Costa (1996, p. 59) relata as condições para constatar um prejuízo iminente: a) aumento significativo dos produtos importados com dumping no mercado do país importador; b) aumento substancial da capacidade do exportador e das exportações com dumping para o mercado do país importador; c) importações com preços que poderão vir a deprimir ou suprimir os preços dos produtos no mercado interno, aumentando a demanda por essas importações; d) estoques do produto objeto de investigação. Entretanto, concordamos com Lôbo (2007, p. 96) quando diz que: “O AAD fornece elementos para a identificação do prejuízo atual e da sua ameaça, mas não indica em que circunstâncias se deve ter por configurado o atraso no estabelecimento da indústria doméstica.”

No que diz respeito à expressão “indústria nacional”, Lôbo (2007, p. 97) afirma que, como regra geral, essa expressão significa “a totalidade dos produtores nacionais do produto similar, ou o conjunto dos maiores produtores desse mesmo produto”. A exceção a essa regra pode ocorrer nas seguintes hipóteses: a) vinculação entre produtor e importador; b) existência de mercados regionais, dentro de um mesmo país, que dominam a totalidade ou quase toda a produção; c) integração econômica de vários países.

Por conta dessas exceções, todas elas previstas no AAD, a expressão “indústria nacional” nos parece ser inadequada. De fato, observamos que as hipóteses de aplicação da expressão podem ser diferentes da sua real significação semântica, o que é algo altamente criticável. O problema não está no fato de a expressão ser restrita em relação à sua finalidade (servir de critério para aferição do dano), mas justamente o contrário, ou seja, está no fato de que as hipóteses de aplicação do dumping são indevidamente ampliadas, envolvendo muito mais do que

simplesmente a “indústria nacional”, sobretudo quando há “integração econômica de vários países”.

Em relação aos critérios que devem ser utilizados para identificar a ocorrência de dano, Lôbo (2007) os divide em gerais e específicos. Os critérios gerais seriam aqueles do artigo 3.1 do AAD, que são a apresentação de provas positivas e exame objetivo. Assim, devem ser apresentadas provas que demonstrem de forma inquestionável o dano, ao passo que o processo de investigação deve ser objetivamente conduzido, isto é, de forma imparcial e que leve em consideração todos os fatos que possam influir de alguma maneira no seu resultado. Já os critérios específicos presentes no AAD, segundo Lôbo (2007, p. 99) são: a) aumento significativo das importações; b) preços das importações significativamente menores do que os preços dos similares nacionais, e se houve redução ou impossibilidade de redução dos preços do produto similar nacional; c) análise de todos os fatores e índices econômicos que possam ter influência no impacto sobre a indústria doméstica (diminuição de vendas, dos lucros, da participação no mercado, efeitos sobre estoque, empregos, etc.).

### 1.3 A VERIFICAÇÃO DO NEXO CAUSAL

De acordo com Lôbo (2007), verificar o nexo causal significa confirmar se o dano sofrido por uma atividade produtiva do país importador foi consequência do dumping. Para tal, o país deve inclusive investigar outros fatores, aparentemente inócuos, mas que podem estar causando os prejuízos ao setor produtivo. Segundo Lôbo (2007, p. 106), “[...] essa exigência foi uma inovação trazida pelo AAD após a Rodada Uruguai”. De certa forma, os mesmos fatores que são analisados para averiguar um prejuízo iminente (ameaça de dano) serão também analisados para verificar se há nexo de causalidade com os danos ocorridos.

Entretanto, Lôbo (2007, p. 106) aponta a ressalva de que “as autoridades nacionais não estão obrigadas a examinar esses fatores por sua própria iniciativa. Cabe à parte interessada suscitar tal exame, fornecendo as informações pertinentes”.

Já explicamos diferença entre dumping condenável e o dumping inofensivo, mas cabe um comentário a mais. Lôbo (2007, p. 107) explica as razões legais que impossibilitam a punição do dumping não-condenável:

Estremando-o do dumping não-condenável, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio veiculou dois comandos. Um tem sentido negativo; o outro, positivo. Este traduz-se na possibilidade de se reprimir o dumping condenável; aquele, na impossibilidade de se coibir o dumping não-condenável. Tal constatação é relevante, porque as disposições das quais se cogita são introduzidas por um tratado a que aderiu a República Federativa do Brasil, que [...] prevalece sobre os enunciados prescritivos de nível legal. Assim, não poderá a legislação brasileira estabelecer qualquer forma de rechaço ao dumping não-condenável praticado por empresas residentes em países signatários do GATT.

## 2 MEDIDAS ANTIDUMPING NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Kramer (2012) relata que em 1890, a partir do Sherman Anti-trust Act, foi introduzido pelos EUA uma normativa contra preços predatórios praticados por vendedores nacionais. Entretanto, o fato de estar limitado ao mercado norte-americano fez com que não ficasse caracterizada a regulamentação do dumping, que é um tema de comércio internacional.

Mais tarde, em 1904, no Canadá, tivemos a primeira legislação antidumping, conforme destaca Finger (1998). Na esteira do Canadá, outros países passaram a fazer o mesmo: Nova Zelândia em 1905; Austrália em 1906; França em 1910; Japão em 1911; e EUA em 1916. “Essas sim podem ser consideradas legislações específicas sobre defesa comercial (antidumping), e não sobre concorrência (antitruste).” (KRAMER, 2012, p. 21).

Interessante destacar com maiores detalhes a primeira regulamentação dos Estados Unidos, ocorrida em 1916. Sobre isso, seguimos as observações de Santoro (2009, p. 17):

Os Estados Unidos, por sua vez, regularam a matéria em 1916, através do *Antidumping Act (Revenue Act)*, sendo que, logo após, em 1921, foi promulgada a segunda lei, denominada *US Antidumping Act* que serviu como modelo para as normas antidumping dispostas no Artigo VI do GATT



1947. Verifica-se neste país, inicialmente, uma grande preocupação com o combate as práticas anti-concorrenciais nacionais e internacionais.

Porém, Santoro (2009) faz um adendo importante dizendo que, apesar de a legislação dos EUA ter sido usada como modelo para o GATT, foram necessárias adaptações para que o dumping fosse tratado sob a perspectiva do multilateralismo.

Ainda de acordo com Santoro (2009), a Alemanha foi o primeiro país europeu a adotar medidas de proteção à indústria doméstica, pois os alemães possuíam um mecanismo que permitia um aumento nas tarifas de importação quando alguma indústria fosse ameaçada por concorrência estrangeira. E aqui cabe mencionar uma curiosidade histórica, por conta das tensões atinentes à Guerra Mundial que se desenrolava naquela época. Segundo Barros (2008, p. 60): “A hostilidade contra a Alemanha, aliada à crença de que as empresas alemãs eram particularmente adeptas à prática de dumping, foi um fator decisivo para a explosão das leis antidumping”.

Para Jackson<sup>2</sup> (1989, apud KRAMER, 2012), o Reino Unido também teria criado uma legislação antidumping antes da Primeira Guerra Mundial, com o intuito de coibir as importações dos alemães.

Discorda, porém, Tomazette (2008), ao afirmar que a primeira tentativa de regulamentar o dumping teria ocorrido em 1927, por iniciativa da Liga das Nações. Essa tentativa teria sido infrutífera pelo fato de os EUA e os países europeus lidarem com a questão dos cartéis de maneira divergente.

Fato é que em 1947, no período pós-guerra, numa tentativa de reestruturar a economia mundial, foi criado o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). Ao todo, 24 países foram signatários desse Acordo, inclusive o Brasil. O GATT passou por diversas rodadas de negociação.

Na Rodada Kennedy foi elaborado um Acordo cujo objetivo era aprimorar a regulamentação do dumping. Entretanto, o Acordo nunca chegou a ser implementado, pois os EUA se recusaram a ratificá-lo. A necessidade desse primeiro Acordo ou Código antidumping deveu-se ao fato de que “a falta de regulamentação do dispositivo do Art. VI do GATT suscitou inúmeras críticas, em virtude das possibilidades de utilização das normas antidumping com fins protecionistas, o que

---

<sup>2</sup> JACKSON, John. *Dumping in International Trade: Its meaning and Context*, in Antidumping Law and Practice: a comparative study, Chapter 1, Ann Arbor, Michigan University Press, 1989, pg. 2.

levou a negociação do primeiro código antidumping na denominada rodada Kennedy (1964-1967)". (FONSECA, 2007, p. 60).

De 1973 a 1979 ocorreu a Rodada Tóquio, em que "foi alterado o conceito de causalidade, de modo que esta não fosse mais a causa substancial de dano à indústria nacional". (KRAMER, 2012, p. 24).

"Os países desenvolvidos, maiores usuários do antidumping na época, conseguiram na Rodada Tóquio inserir dois elementos chaves que transformaram o estatuto do dumping no mais utilizado dentro dos mecanismos de proteção do comércio: (i) definição do termo "abaixo do valor normal"; e (ii) necessidade de mera demonstração do dano causado à indústria doméstica". (KRAMER, 2012, p. 24).

De acordo com Stiglitz<sup>3</sup> (1997, apud BARROS, 2008), tais mudanças possibilitaram o aumento do número de investigações antidumping. Além disso, segundo Thorstensen (1999), as medidas antidumping ganharam importância por possuírem diversas vantagens quando comparadas aos demais instrumentos de proteção contra práticas desleais de comércio: a) instrumento mais ágil e eficiente para buscar proteção contra práticas de comércio desleais; b) é um instrumento seletivo contra um país ou uma empresa; c) não exige compensações como ocorre com os casos de salvaguardas; d) flexibilidade de interpretação, facilitando o enquadramento na legislação pertinente.

Por fim, tivemos a Rodada Uruguai. Sobre isso, afirma Lôbo (2007, p. 30):

O surgimento da Organização Mundial do Comércio e o advento do sistema de normas a seu cargo ocorreram na rodada Uruguai de negociações multilaterais do GATT, concluída em abril de 1994, na cidade de Marrakesh. Foi neste contexto que surgiu o terceiro e atual código antidumping, que sucedeu aos das Rodadas Kennedy (1967) e Tóquio (1979) de negociações do GATT, aprimorando a disciplina antidumping em muitos aspectos.

"Após seis anos de vigência, o mandato de Doha, lançado em 2001, determinou que os Membros da OMC deveriam negociar o ADA com vistas a aprimorar e aperfeiçoar o seu texto. Tais negociações estão em curso [...]" (KRAMER, 2012, p. 26).

---

<sup>3</sup> STIGLITZ, Joseph E. Dumping on Free Trade: The US Import Trade Law, Southern Economic Journal, 1997.

Por conta disso, podemos concordar com Lôbo (2007) no sentido de que o dumping e os direitos antidumping são regulados, no âmbito internacional, pelo Acordo constitutivo da OMC, mais precisamente pelo artigo VI do GATT e pela normativa destinada a aplicar tal dispositivo, a qual é conhecida como Acordo Antidumping (AAD).

Por fim, encerramos com a precisa explicação de Kramer (2012, p. 16):

Dumping é tema do direito do comércio internacional, regulamentado internamente pelo direito público. A prática de dumping pode levar à imposição de medidas antidumping. A imposição de medidas antidumping só é possível por meio de uma investigação levada a cabo pelo governo do país importador. Essa investigação é um procedimento administrativo e, como tal, deve seguir um *iter*, i.e um caminho.

### 3 MEDIDAS ANTIDUMPING NO ÂMBITO NACIONAL

“O primeiro passo foi a incorporação do GATT a seu ordenamento jurídico, por meio da Lei nº 313, de 30 de julho de 1948. O artigo VI tratava especificamente de dumping”. (KRAMER, 2012, p.28).

Segundo Guedes e Pinheiro (2002), o Brasil incorporou o Código Antidumping do GATT através da promulgação do Decreto nº 93.941, de 16 de janeiro de 1987 e do Decreto nº 93.962, de 23 de janeiro de 1987. Isso se deve ao fato de que o Decreto presidencial é ato de publicidade capaz de inserir um Tratado no acervo normativo nacional.

Kramer (2012) explica que com o fim da Rodada Uruguai, o Decreto Legislativo 30, de 15 de dezembro de 1994, aprovou os acordos da OMC, inclusive o ADA. A promulgação veio com o Decreto 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Posteriormente tivemos o Decreto 1.602, de 23 de agosto de 1995, que aprofundou ainda mais a legislação pátria no tema, tornando-a muito parecida ao ADA.

O Acordo Antidumping, promulgado pelo Decreto 1.062 de 1995, era a Legislação básica reguladora das ações antidumping e apresenta a seguinte definição de dumping: “*Para os efeitos desse Decreto, considera-se prática de*

*dumping a introdução de um bem no mercado doméstico, inclusive sob as modalidades de drawback, a preço de exportação inferior ao valor normal”.*

Em 2002, conforme assinala Kramer (2012), o dumping passou a ser tratado por Regulamento Aduaneiro. Consta do Artigo 695 do Decreto nº 4.543/2002 que dumping é a *“introdução de um bem no mercado domestico, inclusive sob as modalidades de drawback, a preço de exportação inferior ao preço efetivamente praticado para o produto similar nas operações mercantis normais, que o destinem a consumo interno no país exportador”.*

Acerca do procedimento de investigação, sabe-se que é conduzido pela Secex, órgão subordinado ao Ministério do Desenvolvimento de Indústria e Comércio, conforme dispõe a lei 9.019/95 e o Decreto 1.602/95. A iniciativa do processo recai sobre a indústria doméstica ou em nome próprio, o que é feito mediante requerimento endereçado à Secex.

Conforme assinala Barros (2002), a petição deve seguir os requisitos estipulados pela Secex (Circular Secex nº 21, de 02/04/96), sendo imprescindível a apresentação todos os elementos constitutivos do dano e do dumping, além de demonstrar o nexos causal entre eles.

Também existe o Decom (Departamento de Defesa Comercial), que é um departamento da Secex. Ele foi criado para melhorar o sistema de defesa comercial do Brasil e possui competência para examinar a procedência e o mérito das petições de abertura de investigação de dumping, medidas compensatórias, subsídios e salvaguardas. Isto é, o Decom faz um exame preliminar para averiguar se será necessário adicionar informações complementares à petição, comunicando ao peticionário no prazo de até 20 dias. Se a petição estiver de acordo com os requisitos previstos, e se tiverem sido apresentadas eventuais informações adicionais que o Decom solicitou, passa-se ao exame do mérito, em que será decidido se poderá ser aberta uma investigação ou não.

Como se vê, temos um procedimento administrativo que antecede à investigação. Conforme Barros (2009), a petição será indeferida e o processo arquivado quando o dumping ou o dano não restar devidamente provado, ou quando a petição carecer de representatividade (não tiver sido elaborada por indústria doméstica ou em seu nome). Por outro lado, se a petição for deferida, a investigação é aberta. Nas palavras de Barros (2009, p. 75):

Aberta a investigação, será fornecido o inteiro teor da petição aos produtores estrangeiros, exportadores e autoridades do país exportador. A Secretaria da Receita Federal (SRF) será comunicada da investigação para que adote as medidas cabíveis que possibilitem a imposição retroativa de direitos *antidumping* definitivos sobre as importações investigadas, caso seja assim definido pelo Decom.

Barros (2009) explica que antes de emitir o parecer final, o Decom comunica as partes interessadas através de uma audiência, abrindo prazo de 15 dias para que se manifestem sobre os fatos expostos no parecer. Antes de redigir a versão final, o DECOM ouve a manifestação do Comitê Consultivo de Defesa Comercial (CCDC), pois essa é a principal função desse órgão, ou seja, analisar os pareceres técnicos que servirão de referência para a decisão definitiva.

Ainda sobre as competências do DECOM, ele também é competente para recomendar a aplicação de certas medidas de defesa comercial previstas nos acordos da OMC, acompanhar as divergências em relações às normas e aplicabilidade dos acordos, participar de negociações internacionais nos temas de defesa comercial e prestar assistência ao exportador nos casos em que as exportações brasileiras estiverem sendo questionadas.

Temos também a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), que possui competência para decidir sobre a aplicação de medidas antidumping definitivas ou provisórias, de acordo com o Decreto 4.732 de 10 de junho de 2003. Ela é um órgão colegiado, composta por um conselho deliberativo que com a presença de diversos Ministros, a saber: o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Ministro das Relações Exteriores; Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministro-Chefe da Casa Civil; Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Conforme elucidação de Guedes e Pinheiro (2002), ao término do procedimento administrativo, a decisão final de impor ou não os direitos antidumping será conhecida pela publicação no Diário Oficial da União. Se o entendimento é de que deve ser aplicada medida antidumping, a publicação é feita por Portaria Interministerial do Ministro da Fazenda e Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo. Por outro lado, se o entendimento for de que não existe dumping, ou que mesmo diante de sua existência não houver ocorrência de dano, a publicação será mediante Circular da Secretaria de Comércio Exterior.

Portanto, de maneira sintética podemos dizer que o processo administrativo antidumping resulta na análise da ocorrência ou não de dumping, e a proposta de aplicação de medida antidumping é dada pelo DECOM. Essa proposta ainda passa por homologação da CAMEX, que dá a última palavra sobre a aplicação da medida.

Barros (2009) explica que pode ser requerida a revisão total ou parcial das decisões de aplicação de medidas antidumping. Para tal, deve ter se passado pelo menos um ano da decisão e devem ser apresentadas provas que: a) comprovem a superveniente inutilidade das medidas; b) demonstrem a impossibilidade de mais danos serem causados à indústria doméstica.

Ainda de acordo com Barros (2002), a revisão pode acarretar a extinção, manutenção ou alteração da medida antidumping. Quando verificado um excesso na aplicação da medida, será determinada restituição. Pode também ocorrer a suspensão da medida, embora seja possível reaplicá-la a qualquer momento.

“É importante ressaltar que toda a legislação brasileira está em sintonia com as normas da OMC. A legislação pátria está baseada no AAD e os procedimentos estão em conformidade com os preceitos da Organização.” (BARROS, 2002, p. 77) Assim, se algum país-membro da OMC entender que houve uma aplicação descabida de medidas antidumping, ele poderá questionar a aplicação da medida. Se isso não for suficiente, a questão poderá ser levada ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, o qual levará adiante um processo de saneamento acerca da investigação e aplicação das medidas antidumping.

Conforme destaca Kramer (2012, p. 19):

Visto que o ADA regula antidumping para bens, ele prevê um procedimento a ser seguido (*iter*) para que as medidas antidumping restrinjam o mínimo possível o comércio global. Qualquer medida aplicada sem que tenha sido observado esse *iter*, pode ser considerada contrária às regras da OMC, podendo sujeitar o país que conduziu a investigação antidumping a questionamento perante o Sistema de Solução de Controvérsias da OMC.

Kramer (2012) relata que mais recentemente, em março de 2012, através da Resolução CAMEX nº 13 foi criado o Grupo Técnico de Avaliação do Interesse Público (GTIP). Esse órgão tem a função de analisar a não aplicação, suspensão ou alteração dos direitos antidumping e medidas compensatórias, que estejam em vigor

ou que ainda não foram aplicadas. Essa função tem como fundamento o melhor atendimento dos interesses públicos.

Até aqui explicamos, em linhas gerais, o funcionamento do procedimento antidumping no Brasil, ao menos de acordo com a legislação vigente até setembro de 2013. Ocorre que recentemente, no decorrer do desenvolvimento deste trabalho, foram feitas mudanças substanciais no procedimento.

Segundo notícias veiculadas nos principais meios de comunicação do país, as novas regras para investigações antidumping passaram a valer a partir do dia primeiro de outubro de 2013, com a entrada em vigor do Decreto 8.058/2013, publicado no dia 29 de julho. O novo dispositivo substitui o Decreto 1.602/1995 e incorpora mudanças importantes. A nova legislação pretende reduzir o prazo médio das investigações de quinze para dez meses, conforme estabelecido no Plano Brasil Maior.

Agora, passa a ser obrigatória a realização da determinação preliminar, que constitui uma conclusão provisória sobre a existência do dumping, do dano e do nexo de causalidade. Em casos de determinação positiva, direitos antidumping provisórios poderão ser aplicados para proteger a indústria doméstica já durante a investigação. O objetivo é assegurar que as determinações preliminares sejam feitas no prazo médio de 120 dias após o início da investigação. Antes, a realização de determinações preliminares não era obrigatória e o prazo médio era de 240 dias.

Outra mudança impactante é o estabelecimento de prazo máximo de sessenta dias para a análise da petição inicial. Entretanto, nos casos em que não houver, por parte do Decom, pedidos de informações adicionais e em que houver evidências necessárias de dumping, de dano e de nexo de causalidade, as investigações poderão ser iniciadas entre 15 e trinta dias da data de seu protocolo.

As alterações prometem reduzir os custos para as partes eliminando a necessidade de se atualizar o período de análise do dano investigado. Também com o intuito de agilizar o processo, foi eliminada a obrigatoriedade de se realizar a audiência final com as partes, embora seja possível solicitar audiências com a autoridade investigadora sempre que considerarem necessário.

Por óbvio, as novas regras foram definidas segundo as obrigações do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e o AAD. A princípio, o amplo direito de defesa e do exercício do contraditório permanecem assegurados em todo o processo investigativo.

A elaboração do novo decreto foi precedida de consulta pública, realizada em 2011, quando o setor privado encaminhou sugestões de mudanças das normas. Em setembro, a Secex organizou encontros para explicar os novos regulamentos a possíveis interessados (escritórios de advocacia, consultorias, corpo diplomático e entidades de classe).

O Decreto também modificou a composição do Decom, criando quatro coordenações-gerais, sendo que cada uma será responsável por uma área de defesa comercial de antidumping: Antidumping, Salvaguardas e Apoio ao Exportador; Antidumping e Solução de Controvérsias; Antidumping e Medidas Compensatórias; e Antidumping e Circunvenção.

Por se tratar de uma mudança muito recente, é difícil desenvolver uma análise aprofundada sobre as mudanças. O que podemos observar é que haverá maior transparência e maior agilidade no processo, bem como redução dos custos. Eventuais impactos negativos dessa legislação só serão revelados pela prática, razão pela qual não podemos avaliar quais possíveis conexões as críticas apresentadas neste trabalho poderão ter com a recente mudança legislativa.

#### **4 MEDIDAS ANTIDUMPING NO ÂMBITO REGIONAL**

De acordo com Kramer (2012), o Brasil foi signatário do Tratado de Assunção, em 1991, conjuntamente com Argentina, Paraguai e Uruguai. Esse tratado foi responsável pela criação do Mercado Comum do Sul, mais conhecido como MERCOSUL. Ainda segundo Kramer (2012), tal tratado tinha o objetivo de eliminar as barreiras comerciais entre os países signatários, de modo que houve um tratamento intrazona do antidumping. Isso foi feito nas Decisões do Conselho do Mercado Comum (CMC) 07/93 e 21/94, na diretiva da Câmara de Comércio do Mercosul (CCM) 5/95 e nas resoluções do Grupo Mercado Comum (GMC) 63/93 e 129/94. Entretanto, explica a autora, esses dispositivos não foram vinculantes, uma vez que os Estados não chegaram a internalizá-los.

Lôbo (2007) diz que é difícil saber se os direitos antidumping intrabloco são compatíveis com o Acordo Constitutivo da OMC, sobretudo em seu artigo XXIV, pois esse dispositivo determinou que acordos de integração regional devem eliminar as



restrições tarifárias e não-tarifárias no âmbito do comércio intrabloco. Considerando que os direitos antidumping são uma espécie de barreira não-tarifária, é lícito entender que há uma incompatibilidade desses direitos com os preceitos do comércio de integração regional.

Lôbo (2007) afirma que havendo tal incompatibilidade, poderíamos concluir que os países integrantes do Mercosul estão desrespeitando o Acordo Constitutivo da OMC. O único óbice a essa conclusão está no fato de que a utilização de medidas antidumping não foi afastada de imediato, pois existe uma meta de substituí-las por outras sanções, notadamente aquelas pertencentes ao direito antitruste. Em outras palavras, Lôbo (2007) adverte que o objetivo previsto pelo Acordo Constitutivo da OMC é estabelecer uma legislação comum de defesa da concorrência, de modo que a aplicação de direitos antidumping seja impossibilitada no comércio intrabloco. Segundo o autor, isso faz com que surja a seguinte dúvida: os direitos antidumping são regidos por instrumentos normativos do Mercosul ou pelas legislações de cada Estado-membro?

Conforme observa Barral (2000), a decisão 21/94 da CMC determinou que fosse elaborado um estatuto de defesa da concorrência, especificamente para o Mercosul. Tal iniciativa teria o condão de substituir as medidas antidumping nas relações comerciais intrabloco, mas isso não foi feito até o momento.

De volta às explicações de Kramer (2012), observa-se que o antidumping extrazona (aquele que é aplicado em face de países que não fazem parte do bloco econômico do Mercosul) foi objeto da decisão 11/97 da CMC, a qual trouxe um marco normativo que previa, dentre outras coisas, a criação de um Regulamento Comum Antidumping do Mercosul, mas que infelizmente também não entrou em vigor.

A despeito de todas as tentativas infrutíferas, o mais curioso (e também incômodo) é observar, na esteira de Kramer (2012), que após 20 de existência do Mercosul ainda se pense em aplicar medidas restritivas no âmbito intrabloco. É o que constata Barral (2003), ao afirmar que países como Brasil e Argentina tiveram um aumento visível no uso de medidas antidumping, principalmente para proteger indústrias domésticas que anteriormente se beneficiavam de barreiras tarifárias altas. Falando especificamente da Argentina, o autor comenta que ela é, em termos proporcionais no mercado internacional, a maior usuária de medidas antidumping, o que inclui o uso de medidas contra parceiros do Mercosul.

Lôbo (2007) lembra que, mais recentemente, foi editada a decisão CMC 13/02, que impõe a adoção do Código Antidumping da OMC no âmbito do Mercosul. O Código passaria a regular o processo de aplicação de medidas antidumping no comércio intrabloco. Posteriormente, veio a decisão CMC 22/02, que serviria como complementação, e havendo conflito, deveria prevalecer sobre as hipóteses previstas no Código Antidumping.

Recentemente, com a entrada da Venezuela no bloco e as tensões com o Paraguai, essas questões precisam ser reestruturadas.

## CAPÍTULO II - A FACETA PROTECIONISTA DAS MEDIDAS ANTIDUMPING

A intensificação do protecionismo pode ocorrer através da utilização desarrazoada e exagerada das medidas antidumping, que é justamente o que buscamos criticar nesse trabalho. Por isso, iremos apresentar de maneira breve o que significa o protecionismo, com o intuito de demonstrar a relação que ele possui com os direitos antidumping; mais do que isso, iremos demonstrar como essa relação é perniciosa e, portanto, desnecessária. Embora não seja objeto deste trabalho o estudo aprofundado do protecionismo enquanto fenômeno econômico, é inevitável tecer alguns esclarecimentos sobre a sua significância e suas consequências maléficas.

### 1 NOÇÕES SOBRE PROTECIONISMO

Conforme os ensinamentos de Azúa<sup>4</sup> (1986, apud BRITO, 2011), o Protecionismo é uma filosofia econômica muito antiga, sendo sempre antagônica ao livre comércio. O autor também destaca que o protecionismo nem sempre pode ser evitado, dado que às vezes há uma intensificação não justificada do fenômeno.

McGee (1996, p. 3, tradução nossa) explica as raízes históricas do protecionismo:

Defensores do protecionismo existem há milhares de anos. Platão pensava que permitir a entrada de comerciantes estrangeiros na polis iria corromper a alma da cidade. Aristóteles pensava que trocar produtos por dinheiro exercia uma influência que corrompe, e pensava que a melhor condição era a da autossuficiência. E enquanto as razões para defender o protecionismo mudaram ao longo dos séculos, a filosofia protecionista não desapareceu. Ela simplesmente evoluiu e se tornou mais sofisticada<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> AZÚA, Daniel E. Real de. *O Neoprotecionismo e o Comércio Exterior*. São Paulo: Aduaneiras, 1986.

<sup>5</sup> *Proponents of protectionism have been around for thousands of years. Plato thought that allowing foreign traders into the polis would corrupt the soul. Aristotle thought that exchanging products for money had a corrupting influence, and thought that the best state was one that was self-sufficient. And while the reasons for advocating protectionism have changed over the centuries, the protectionist philosophy has not gone away. It has merely evolved and become more sophisticated.*

Fonseca (2007) sintetiza que entre os séculos XV e XVIII, durante o surgimento do Absolutismo, a concentração do poder nas mãos do monarca e a consequente possibilidade de intervenção direta nos assuntos econômicos permitiu que o Mercantilismo se estabelecesse. O Mercantilismo surgiu, portanto, como uma forma de intervenção pública nas relações econômicas privadas e internacionais, o que ajuda a explicar as origens do protecionismo atual. Segundo Deyon (2004), as grandes monarquias europeias do século XVI utilizaram práticas protecionistas com o intuito de resguardar o saldo positivo de suas balanças comerciais, o desenvolvimento de manufaturas e os movimentos internacionais de capitais. Essa doutrina foi dominante até o século XVIII, quando as revoluções burguesas trouxeram as novas concepções do Capitalismo. No mundo capitalista já não havia mais tanto espaço para o Mercantilismo, e passou a ganhar força a ideia de Liberalismo econômico.

“Embora se verifique os contínuos esforços para a construção do mundo nos moldes liberais, o capitalismo continuará a lidar com as inerentes e constantes tensões próprias à sua história, expressas por impulsos liberalizantes e de contra-reações protecionistas.” (FONSECA, 2007, p. 25-26).

De acordo com McGee (1996, p.3), o protecionismo sobreviveu por todo esse tempo pelo fato de que grandes companhias se beneficiam dele, enquanto os consumidores têm pouco a perder ou sequer sabem que o protecionismo resulta em maiores custos para eles.

Feitas as considerações sobre o desenvolvimento histórico do protecionismo, analisamos agora as suas características.

Concordamos com as palavras de Tomazette (2008), que vislumbra o protecionismo como algo bastante obscuro, sendo difícil ter uma noção exata da sua extensão. Também é difícil saber que verdadeiramente se beneficia do uso de barreiras protecionistas, bem como saber o tempo de duração delas. Segundo o autor, o que se sabe é que a adoção de medidas protecionistas dificulta o fluxo de comércio, de modo que os consumidores são afetados, pois têm o acesso a mercadorias reduzido. Outro ponto prejudicial é a geração de custos de proteção a uma indústria ineficiente, por se tratarem de custos irreversíveis e que não apresentam qualquer benefício.

Pelos ensinamentos do professor Azúa (1986, *apud* BRITO, 2001), observa-se que o protecionismo é um fenômeno de difícil delimitação, pois ele pode assumir

variadas formas, bem como pode derivar de variados eventos. A despeito da mutabilidade que lhe é peculiar, o protecionismo é uma prática bastante recorrente. Ou seja, se a compreensão do fenômeno pode ser um tanto quanto instável, a sua ocorrência é bastante estável, bastante frequente.

Azúa (1986, *apud* BRITO, 2011) explica também que a mais incipiente das doutrinas protecionistas já buscava negar as qualidades do livre comércio, sob o argumento de que este não se coaduna com a realidade, com a prática. De fato, o livre-cambismo possui uma grande carga teórica na sua formação, e algumas de suas previsões nem sempre se confirmam.

O autor também explica que quando a economia foge de seus “padrões ideais” de funcionamento, segundo a teoria do livre comércio, cabe ao governo agir para restabelecer a situação. Nesse momento, o Estado age na contramão do que o livre-cambismo propugna, embora o faça com o intuito de retornar a uma condição saudável de livre comércio. Conforme destaca Carluci (2001, p. 22):

A política comercial do País, que no segmento do comércio exterior se exerce através de uma política aduaneira, é condicionada em grande parte pelos acordos internacionais. Essa política aduaneira é que faz desencadear o intervencionismo estatal nas relações comerciais internacionais. Nesse campo, há relevância dos fundamentos econômicos para esse intervencionismo: a proteção de indústrias ascendentes, o pleno emprego e oferta de melhores salários, a estabilidade da economia nacional, a necessidade de defesa das fronteiras econômicas, etc.

Sobre isso, Azúa (1986, *apud* BRITO, 2011) comenta que o protecionismo que deriva do intervencionismo estatal é conhecido como Protecionismo Regulador, pois objetiva regularizar o mercado, trazendo-o de volta a seus parâmetros de normalidade. Ainda segundo o professor, esse tipo de protecionismo é aceitável, desde que as causas que o justificam tenham realmente ocorrido.

Ainda segundo Azúa (1986, *apud* BRITO, 2011), outra modalidade de protecionismo seria o Protecionismo Educador, que é aquele aplicado em benefício das indústrias nascentes. Educador porque ele procura acobertar as empresas no seu momento mais crítico, ou seja, quando ainda é preciso dominar as tecnologias inerentes ao processo produtivo, bem como amortizar o capital investido. Seria, portanto, um protecionismo capaz de estimular o crescimento das indústrias, tal qual faz um pai em relação a um filho. A modalidade educadora de protecionismo possui

previsão no GATT, com aplicação transitória. Isso confirma a essência desse tipo de protecionismo, que é prestar auxílio a empresas que estão começando, razão pela qual podemos considerá-la positiva e totalmente justificável. McGee (1996) discorda desse posicionamento. O autor diz que se trata de um argumento bastante recente, muito utilizado no século XVIII, sendo que o problema de usá-lo é que uma vez estabelecida a ajuda protecionista a uma indústria nascente, a situação se torna praticamente irreversível. Além disso, o apoio dado a uma indústria representa um enfraquecimento das outras indústrias que não foram ajudadas.

Ainda temos um terceiro tipo de protecionismo, conforme assinalado por Azúa (1986, *apud* BRITO, 2011), que é utilizado em situações emergenciais, mormente quando uma indústria apresenta dificuldades no balanço de pagamentos. Essa proteção, em virtude de deficiência financeira, também é admitida pelo GATT em caráter transitório.

Brito (2011) destaca que todas as formas de protecionismo analisadas até agora apresentam contornos positivos, pois adotam medidas temporárias e plenamente justificáveis sob o ponto de vista da livre concorrência e da salubridade da economia. Porém, existe um quarto tipo de protecionismo, de natureza política, que é indiscutivelmente reprovável.

Ainda de acordo com Brito (2011), o protecionismo nocivo é aquele que, grosso modo, procura preservar indústrias ineficientes, seja pelo fracasso da atividade exercida, seja pela obsolescência dos equipamentos, ou qualquer outra causa que não sirva de justificação. Esse tipo de protecionismo é prejudicial em todos os aspectos, inclusive internamente para o país, que passa a sustentar indústrias defasadas e nada competitivas, prejudicando em maior parte a sociedade, os consumidores.

Por isso, Brito (2011) conclui que a única justificativa para esse tipo de protecionismo estaria nas situações de transição, ou seja, quando um país objetiva se reestruturar, desativando antigas indústrias de forma paulatina, para evitar um impacto muito severo e repentino sobre a sociedade.

No que diz respeito às barreiras protecionistas, Azúa (1986, *apud* BRITO, 2011) as divide nas seguintes modalidades: barreiras tarifárias, restrições à importação, métodos mistos e barreiras técnicas.

O autor explica que as barreiras tarifárias são as mais comuns para fins protecionistas. Na verdade, sua utilização é tão vasta que muitos países se tornam

dependentes delas, chegando a incluir o valor dessas tarifas no próprio orçamento nacional. O seu princípio de funcionamento é básico: mercadorias importadas são tarifadas e, com isso, perdem competitividade. A perda de competitividade se opera em relação aos produtos similares que são fabricados nos países importadores.

Em relação às restrições à importação, Azúa (1986, *apud* BRITO, 2011) diz que elas objetivam limitar ou proibir a importações de certos produtos. Geralmente possuem respaldo na legislação internacional, não sendo possível aplicá-las de maneira discricionária sem que haja fundamento. Quem aplicar restrições dessa natureza sem a devida fundamentação legal fica sujeito a represálias.

Quanto aos métodos mistos, Azúa (1986, *apud* BRITO, 2011) afirma que eles são uma junção das modalidades anteriormente apresentadas. São parecidos com as restrições pelo fato de exigirem uma licença prévia de importação para os produtos atingidos. Por outro lado, é parecido com as barreiras tarifárias na medida em que estipula taxas de câmbio reconhecidamente elevadas, muito acima dos padrões normais do mercado (trata-se de um empecilho cambial, e não tarifário).

Por fim, temos as barreiras técnicas. Essas barreiras são, sem dúvida, o maior entrave do comércio internacional, segundo o professor Azúa (1986, *apud* BRITO, 2011), pois é a partir dessas barreiras que se caracteriza o verdadeiro Neoprotecionismo. Os fundamentos desse protecionismo seriam os de preservar o meio ambiente ou garantir a excelência em qualidade, pureza, eficiência técnica dos produtos importados. Ainda segundo o autor, é óbvio que não seja discutida a necessidade destas normas. O que se questiona é a sua utilização abusiva ou despropositada.

## 1.1 ARGUMENTOS A FAVOR DO PROTECIONISMO

McGee (1996) elenca os argumentos comumente utilizados a favor do protecionismo, apresentando as críticas cabíveis em seguida. Veremos através de algumas dessas críticas que o professor Robert W. McGee é absolutamente contra qualquer tipo de protecionismo. Todo o seu pensamento é orientado em favor dos consumidores, e nunca em favor das indústrias. Se algo é bom para os

consumidores, significa que é bom para a maioria das pessoas, e os interesses dos industriais devem estar sempre submetidos aos interesses gerais do povo.

O primeiro argumento citado pelo autor é aquele que advoga pelo protecionismo quando um país estrangeiro subsidia os produtos que importa. Segundo o autor, isso é algo bom, pois significa que os consumidores do país importador irão pagar menos pelo produto importado, já que boa parte do preço foi pago pelo governo do país de origem do produto. Forçar os consumidores a pagar tarifas de importação ou forçar os produtores estrangeiros a elevar seus preços só prejudica os consumidores.

McGee (1996) afirma que usar o dumping como argumento a favor do protecionismo é apenas uma variação do argumento do subsídio. Ou seja, utilizar o argumento de dumping é estabelecer a crença de que os produtores estrangeiros estão vendendo seus produtos a preços “injustamente baixos”. Mas isso pouco importa, pois os consumidores nunca reclamam se os preços estão baixos. São os produtores domésticos que reclamam e pedem ao governo que tome alguma atitude contra a concorrência que eles enfrentam.

Outro argumento invocado pelos protecionistas é de que a falta de proteção à indústria doméstica pode levar à cortes de emprego nas indústrias. O autor concorda com a afirmação, mas também ressalta que o protecionismo tende a gerar muito mais desemprego do que evitá-lo.

O argumento mais popular, segundo McGee, é o de que as trocas comerciais devem ser “justas” e não livres. Para o autor, os defensores desse argumento não percebem que “justiça” é algo que não pode ser verificada como uma consequência, mas apenas como um processo. Não podemos julgar as coisas como justas ou injustas por si próprias, mas apenas dizer se a forma como chegamos a elas teve justiça. Assim, diz o autor que se a situação tiver sido escolhida pelo consumidor, ela será justa. Se, ao contrário, a situação for resultado de algum tipo de imposição (impor uma tarifa de importação, por exemplo), será injusto.



## 1.2 ARGUMENTOS A FAVOR DO LIVRE MERCADO

McGee (1996) também nos traz os principais argumentos em favor do liberalismo. O primeiro deles encontra sustentação nas teorias de David Ricardo e Adam Smith. É o argumento da eficiência, segundo o qual é mais interessante, sob o ponto de vista econômico, especializar-se na produção daquilo que sabemos fazer bem, ao passo que devemos importar todo o restante, ao invés de simplesmente querer produzir tudo por conta própria. Segundo McGee, o exercício de trocas comerciais é essencial para o crescimento econômico. Esse entendimento também é apresentado por Friedman (2007). O autor explica que se as nações se especializam na produção de bens com alguma vantagem comparativa de custo, é possível que essas nações negociem entre si para obter aquilo que não produzem, gerando um ganho generalizado e um aumento de receita para todos os envolvidos.

Outro argumento apontado por McGee (1996) é o de que o liberalismo favorece as massas de consumidores. Qualquer política que restrinja as trocas comerciais será voltada aos interesses de determinadas companhias, o que é suportado pelos consumidores. Como o próprio autor menciona, é uma forma de redistribuição, pois são interesses especiais de certos grupos que usam as forças governamentais para benefício próprio, tudo às custas do consumidor.

Também devemos mencionar o argumento de que o liberalismo favorece a cooperação entre os países. Segundo o professor, países que realizam trocas comerciais são menos suscetíveis a estabelecerem conflitos entre si. Além disso, o autor afirma que a imposição de barreiras à importação impossibilita qualquer tipo de exportação para aquele mesmo país. Ainda, restrições comerciais podem resultar em retaliações, o que é prejudicial para todos.

Por fim, McGee (1996) aponta o custo (monetário e não monetário) como principal argumento a favor do liberalismo. Sobre isso, transcrevemos o seguinte trecho de seu artigo, no qual ele faz um apanhado dos principais custos do protecionismo (MCGEE, 1996, p.12, tradução nossa):

“Custos” do protecionismo incluem não apenas custos diretos, como preços elevados, mas também diversos custos indiretos. O protecionismo destrói mais empregos do que cria, logo há o custo empregatício. A qualidade também deve decair se produtos de maior qualidade se tornam menos disponíveis ou totalmente indisponíveis por conta do protecionismo. E

também existem perdas de direitos individuais, já que consumidores e produtores -compradores e vendedores- são menos livres para aderir a contratos. Há também um custo envolvido na administração dos esquemas protecionistas, que deve ser pago por pagadores de impostos e consumidores. E como o protecionismo eleva preços, reduz qualidade e incorre em custos administrativos, os padrões de vida também são reduzidos<sup>6</sup>.

Podemos citar também a seguinte passagem: “O Protecionismo custa, não apenas monetariamente, mas em termos de retardamento do crescimento econômico, menos escolhas, perdas de postos de trabalho, redução da harmonia social e reduzida liberdade individual<sup>7</sup>.” (MCGEE, 1996, p. 23, tradução nossa)

Portanto, como podemos observar que a partir dos ensinamentos do professor McGee, os argumentos a favor do liberalismo são muito mais contundentes e racionais do que os argumentos que advogam em favor do protecionismo. Não é por outro motivo que o panorama do comércio internacional tem se encaminhado no sentido da liberalização, do multilateralismo. Sobre isso, destacamos as palavras de Fonseca (2007, p.19):

Do ponto de vista do liberalismo econômico, observa-se desde o século XIX uma tendência global, impulsionada por políticas das grandes potências mundiais, de contínua abertura dos mercados do globo, cujo objetivo maior consiste em criar um espaço para a livre circulação de mercadorias facilitando o fluxo de comércio.

## 2 ABUSOS PROTECIONISTAS NO ANTIDUMPING

Originalmente, as medidas antidumping deveriam ser entendidas como restrições comerciais justificadas, como exceções ao livre-comércio, com o condão de aplacar os efeitos do dumping condenável, objetivando proteger as indústrias

---

<sup>6</sup> “Costs” of protectionism include not only direct costs, such as higher prices, but many indirect costs as well. Protectionism destroys more jobs than it creates, so there is the employment cost. Quality may also decline, if higher quality products become less available or totally unavailable as a result of protectionism. And there are losses of individual rights, since costumers and producers –buyers and sellers—are less free to enter into contracts. And there is a cost involved in administering the various protectionist schemes, which must be paid for by taxpayers and consumers. And since protectionism raises prices, reduces quality and incurs administrative costs, it reduces the general standard of living.

<sup>7</sup> “Protectionism costs, not only in terms of Money, but in terms of retarded economic growth, less choice, a deadweight employment loss, reduced social harmony and lessened individual freedom.”

domésticas da concorrência desleal. Isto porque as medidas antidumping são uma forma de defesa comercial, juntamente com as medidas de salvaguarda e medidas compensatórias. Segundo Cordovil (2012), a medida de defesa comercial funciona como uma garantia em face da abertura comercial, pois servem como armas de proteção contra as exportações que desrespeitem as regras de preços esperados e volumes razoáveis. As medidas de defesa funcionariam, portanto, como filtros diante do fluxo de importações.

A questão é que “o antidumping passou a ser aplicado, exageradamente, como instrumento de proteção contra qualquer importação”. (CORDOVIL, 2012, p. 30)

Leidy e Hoekman (1989) afirmam que, em comparação com as medidas de salvaguarda, o antidumping é muito mais utilizado. As razões para isso seriam a facilidade de acesso ao procedimento, requisitos simples e baixa probabilidade de insucesso.

Apesar da preferência pela aplicação de medidas antidumping, vale mencionar que o AAD não impõe a sua aplicação. Ao contrário, ele dá uma margem de discricionariedade à autoridade nacional, que pode optar por não aplicar as medidas, ainda que o dumping condenável tenha sido comprovado. Contudo, Cordovil (2012) faz a ressalva de que o texto não é claro nesse aspecto e não traz uma disposição específica, de modo que raramente os Membros deixam de aplicar as medidas. Ainda segundo a autora, existem vários pontos controvertidos no AAD que aumentam a discricionariedade do país investigador. Na verdade, cada Membro da OMC faz a sua própria leitura do texto, bem como fazem a própria avaliação do que é mais importante. É comum que os Membros não analisem todos os elementos por entenderem que alguns critérios são mais relevantes do que outros.

Por conta disso, Cordovil (2012, p. 43) conclui:

Com tamanha margem para decisão, é certo que os países utilizam o Acordo de uma maneira mais ou menos protecionista, havendo diferenças na aplicação das medidas antidumping até mesmo entre uma investigação e outra (no mesmo país). Tais imprecisões e a insegurança gerada por elas fazem com que sejam ainda maiores as reclamações dos Membros e a vontade de renegociar uma nova redação para o acordo.

O resultado destas interpretações são medidas que protegem um setor ou determinada empresa, mas prejudicam todos os outros setores e a economia em geral. Os críticos da imposição exagerada de medidas antidumping enumeram vários efeitos negativos desta aplicação.

Observando que as medidas antidumping são largamente aplicadas, mesmo quando não são necessárias, diversos autores argumentam que essas medidas são frequentemente utilizadas com finalidades protecionistas. De fato, as autoridades do país investigador tendem a aplicar as medidas mesmo sabendo que os benefícios ao setor protegido serão menores do que os feitos negativos causados à economia do país.

Em brilhante dissertação de mestrado, Fonseca (2007, p. 104) discorreu sobre a problemática do protecionismo na aplicação de medidas antidumping:

Há mais de vinte e cinco anos, pesquisas sob diversos enfoques relacionadas ao tema do uso de medidas antidumping são realizadas e atestam, especialmente numa perspectiva econômica, os potenciais efeitos deletérios desse instrumento quando aplicado com intuito de proteção de determinados setores de mercados nacionais. A manutenção do instrumento é tida como mais uma justificativa política do que econômica, na medida em que diversas situações de aplicação de medidas antidumping as mesmas se demonstram contraproducentes do ponto de vista econômico; servem como forma de punição injustificada a empresas que atuam de forma eficiente e leal no mercado internacional.

Barral (2003, p. 6, tradução nossa) também argumenta sobre as desvantagens que decorrem do uso de medidas antidumping:

Em termos econômicos, a aplicação de medidas antidumping podem ter diferentes impactos, dependendo da indústria afetada e na sua relevância para o mercado nacional envolvido. Esse impacto costuma ser negativo, e medidas antidumping são vistas como mais danosas à economia como um todo do que concessão de subsídios ou aplicação de salvaguardas. Além disso, medidas antidumping podem gerar alto custo social, [...] quando são usadas para proteger indústrias ineficientes ou cartéis no mercado doméstico<sup>8</sup>.

“As evidências empíricas sugerem que o dumping ou não existe ou raramente ocorre, e se ocorre é por um curto período de tempo<sup>9</sup>.” (MCGEE, 1996, p.

---

<sup>8</sup> *In economic terms, the application of AD measures may provoke different impacts, depending on the affected industry and on its relevance to the national market involved. This impact is often negative, and AD measures are viewed as more harmful to the economy as a whole than the granting of subsidies or the application of safeguards. Moreover, AD measures can generate a high social cost, [...] when they are used to protect inefficient industries and cartels in domestic markets.*

<sup>9</sup> *“The empirical evidence suggests that dumping either never exists or rarely exists, and only for brief periods of time.”*

5). Ainda segundo o autor, a literatura sugere que sequer o preço predatório existe ou só exista em situações isoladas e por tempo reduzido. Por isso, complementa o autor, o dumping seria um comportamento irracional, que tende a reduzir lucros, e só seria utilizado em situações extremas, em que vender a preços baixos é melhor do que vender absolutamente nada.

Feenstra (2004, p. 331, tradução nossa) também afirma que o dumping condenável não ocorre com frequência. Além disso, faz uma explicação perspicaz sobre o tema:

Na medida em que o dumping predatório ocorre, é presumivelmente raro de acontecer. Em contraste, as alegações de dumping são um fenômeno generalizado e cada vez mais comum. Além disso, acusações de dumping costumam ser feitas contra parceiros comerciais de uma mesma área indústria; por exemplo, os Estados Unidos acusarão países Europeus e o Japão por dumping ao aço nos Estados Unidos, e da mesma forma outros países irão acusar os Estados Unidos de praticar dumping ao aço! Isso não soa como 'dumping predatório', mas alguma outra racionalidade<sup>10</sup>.

Na verdade, o uso de medidas antidumping se baseia muitas vezes numa espécie de fantasma da concorrência desleal. O problema de invocar medidas antidumping, a partir de uma falsa premissa de concorrência desleal, está nos incontestáveis prejuízos que delas decorrem, sobretudo aqueles que afetam a competitividade entre as indústrias. Nesse sentido, afirma McGee (1996, p. 21, tradução nossa):

A lei antidumping impede a competitividade ao invés de promovê-la. As leis antidumping erguem barreiras ao mercado Americano e incrementam os custos para se fazer negócios. As leis também estimulam produtores estrangeiros a cobrar preços maiores para não serem acusados de violação ao antidumping. Elas possuem um efeito desestimulante na competitividade e permitem que produtores domésticos cobrem preços mais elevados por conta da redução da competitividade. Elas também enfraquecem a competitividade Americana porque as companhias Americanas devem pagar preços maiores por materiais e outros produtos estrangeiros que são usados em seus negócios<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> *To the extent that predatory dumping occurs at all, it is presumably rare. In contrast, allegations of dumping are a widespread phenomena and growing ever more common. Furthermore, charges of dumping are often made against trading partners in the same industry; for example, the United States will charge European countries and Japan with dumping steel in the United States, and likewise those other countries will charge United Sates with dumping steel there! This does not sound like "predatory dumping", but must have some other rationale.*

<sup>11</sup> *The antidumping laws actually impede competition rather than promote it. Antidumping laws raise entry barriers to the American market and increase the cost of doing business. The laws also encourage foreign*

Feenstra (2004, p. 339, tradução nossa) alerta para outros prejuízos que afetam o país investigador: “Ao invés de levar a um incremento em termos de troca, a aplicação de lei antidumping costuma resultar numa piora nas trocas e numa perda de bem estar social para o país importador<sup>12</sup>”.

Até aqui demonstramos algumas das consequências negativas que as medidas antidumping geram na economia quando aplicadas com finalidades meramente protecionistas. Partimos agora para as principais críticas que são feitas a pontos específicos do procedimento antidumping.

De acordo com Cordovil (2012), o protecionismo se manifesta em diversas fases de uma investigação antidumping, podendo ocorrer logo na etapa de investigação, como também pode ocorrer durante o procedimento em situações específicas, como na aplicação de determinados termos ou regras. A autora cita alguns exemplos em que isso pode ocorrer: reconhecimento de dano inexistente, apuração equivocada da margem de dumping, nexos causais inconsistentes, etc. Sobre esse mesmo ponto, Cordovil (2012, p. 44) afirma:

Por vezes, conceitos como produto similar, dano e sua ameaça são usados em favor dos produtores nacionais, com o claro intuito de privilegiar a demanda interna. Uma interpretação falseada destes conceitos elementares afasta a investigação de seus objetivos iniciais, tornando os resultados cada vez mais distintos do que é o interesse público. Ocorre, também, a utilização indevida de procedimentos previstos no Acordo Antidumping, que são usados como válvulas de escape, permitindo que a investigação seja concluída segundo o desejo de grupos de pressão. A transparência nas investigações também não é, por vezes, respeitada, constituindo-se em um problema adicional a ser desafiado pelos exportadores em sua defesa.

Ainda segundo Cordovil (2012), a realidade é que todos os membros da OMC possuem grande interesse em aplicar medidas antidumping. Esse anseio muitas vezes resulta em interpretações indesejadas e distorcidas. Além disso, as investigações são alvo de críticas pela falta de transparência, comprometendo a segurança jurídica.

---

*suppliers to charge higher prices in order to avoid being charged with antidumping violation. They have a chilling effect on competition and allow domestic producers to charge higher prices because of the reduced price competition. They also weaken American competitiveness because American companies must pay higher prices for materials and other foreign-made products that they use in their business.*

<sup>12</sup> *Rather than leading to an improvement in the terms of trade, the application of anti-dumping law can often lead to a worsening of the terms of trade and a welfare loss for the importing country.*

“Para utilizar indevidamente o instrumento antidumping, alguns Membros promovem interpretações duvidosas do texto do Acordo Antidumping, e, em alguns casos, ferem regras processuais”. (CORDOVIL, 2012, p. 30)

Fonseca (2007, p. 106) também comenta alguns dos problemas, no decorrer do procedimento, que podem desencadear o intuito protecionista:

No curso da investigação, as autoridades investigadoras não raro se valem de diversos critérios metodológicos que poderão inflar artificialmente a margem de dumping calculada. Nessas hipóteses, inclusive, poderá ser constatado dumping mesmo quando essa prática, de fato, não existir, advindo daí uma sobretaxa aduaneira artificial cuja aplicação punirá o exportador estrangeiro sem qualquer razão jurídica ou econômica. Nesse aspecto, a literatura especializada aponta que a legislação antidumping na forma como utilizada em alguns casos apresenta-se como uma nova roupagem de antigas formas de protecionismo comercial.

Em relação ao uso de metodologias artificiais, o autor afirma que “isso serve apenas para dar uma aparência legítima da necessidade da aplicação das medidas antidumping como forma de proteção dos mercados nacionais contra práticas desleais de comércio.” (FONSECA, 2007, p. 106).

Lindsey e Ikenson<sup>13</sup> (1999, apud FONSECA, 2007) trazem alguns exemplos de formas artificiais de caracterizar o dumping: comparar produtos que não são idênticos, aplicação do “zeramento”, falhas na metodologia de valor construído, etc.

Fonseca (2007) demonstrou em seu trabalho que a comparação de produtos não idênticos é o que mais ocorre nos EUA, pois a complexidade de certos produtos gera certa dificuldade no momento de classificá-los. Em relação à prática do “zeramento”, o autor explica que ela consiste em distorcer os dados utilizados no cálculo da margem de dumping, ignorando do cálculo as margens negativas que se verificam quando o preço de exportação é maior (e não menor) ao valor normal.

Enfim, devido à complexidade dessas questões, e por extrapolarem o tema proposto neste trabalho, não nos aprofundaremos nas análises apresentadas por Fonseca (2007), sendo suficiente a citação de alguns exemplos elencados em sua obra. Fonseca (2007, p. 112) conclui sua explanação sobre o antidumping dizendo que:

---

<sup>13</sup> LINDSEY, Brink et IKENSON, Dan. *Antidumping 101: The Devilish Details of “Unfair Trade” Law*. Cato Institute. Center for Trade Policy Studies . n.20. November, 2002.

[...] as práticas voltadas ao uso do instrumento [antidumping] contribuem negativamente, como um fator a mais de elevação da instabilidade e da insegurança no comércio internacional, diminuindo o volume das trocas comerciais entre países – o que vai de encontro às finalidades institucionais da OMC.

Outro estudo de caso concreto digno de citação é aquele apresentado por Santoro (2009, p.33) em sua dissertação de mestrado:

No próprio caso que será objeto de estudo no Capítulo II verificar-se-á que a principal inconformidade da Índia deveu-se ao fato de que as Comunidades Européias trataram todas as importações das empresas investigadas em conjunto, e não individualmente, como decorre da interpretação do acordo antidumping da OMC. Alegou a Índia que se a investigação levada a efeito pelas Comunidades Européias tivesse sido individualizada, não haveria *dumping*, logo, as medidas antidumping impostas à Índia, segundo a mesma aventou em seu recurso, não passaram de práticas protecionistas.

Em estudo desenvolvido pelo IPEA, Júnior (2001) buscou analisar as principais barreiras não tarifárias (BNTs) às exportações de produtos siderúrgicos brasileiros aos países do Mercosul. As conclusões apresentadas demonstram com clareza que a utilização de medidas antidumping com finalidades protecionistas são uma realidade no bloco do Mercosul, principalmente por parte da Argentina. Vejamos a síntese do referido trabalho de Júnior (2001, p.4):

Em relação às BNTs, os produtores nacionais afirmaram que não há restrições às suas exportações no Paraguai e no Uruguai. As restrições comerciais identificadas pelas empresas brasileiras se concentram na Argentina que, depois do Brasil, é o maior parque siderúrgico dentre os países do Mercosul. Na impossibilidade de mudar a Tarifa Externa Comum (TEC) e/ou de elevar a tarifa alfandegária sobre os produtos brasileiros, a Argentina usou as BNTs para tornar mais caros os produtos importados e assim proteger os produtores locais. As principais BNTs identificadas pelos produtores nacionais no comércio de produtos siderúrgicos com a Argentina foram: a) a necessidade de um selo de aprovação prévia para que os produtos destinados à construção civil possam ser vendidos no mercado argentino – Selo Iram; b) a abertura de dois processos antidumping; c) a aprovação de um programa de especialização industrial que permite às empresas argentinas exportadoras importar produtos para revendê-los no mercado interno com uma tarifa mais baixa que a estabelecida pela TEC; e d) licença prévia para importação (Lapi) exigindo números exatos, seja em relação ao número de peças que serão embarcadas ou ao peso da carga.

Em outro trecho de seu trabalho, Júnior (2001, p. 40) demonstra de forma mais explícita o problema do protecionismo:



Como já foi mencionado, a produção brasileira, no caso dos produtos planos, é o mais importante concorrente da produção argentina, em face das diferenças de qualidade e da inexistência de prestação de serviços pós-venda no caso dos produtores do leste europeu. Era necessário para os produtores argentinos encarecer os produtos brasileiros, seus concorrentes de fato. Na impossibilidade de fazer isso via aumento do imposto de importação, a alternativa foi a imposição de BNTs. Isso explica a abertura de dois processos *antidumping* em 1999. Quando os processos são abertos, os compradores deixam de adquirir os produtos devido à incerteza, mesmo antes dos seus resultados finais. Mesmo que no decorrer dos processos sejam feitos acordos para a imposição de cotas, continua a haver demanda reprimida pelo produto na Argentina, com preços mais altos como resultado. Esse é o objetivo da imposição das BNTs: o produtor argentino acaba sendo protegido.

Seguindo a linha de raciocínio até aqui apresentada, aproveitamos para citar diversos outros autores que corroboram com a ideia de que o antidumping é utilizado com finalidades protecionistas.

Segundo Finger (1998), o antidumping tornou-se uma ferramenta de proteção à indústria doméstica.

Barros (2008) diz que essa proteção seria um contraponto ao processo de liberalização das tarifas, que ocorreu no âmbito do GATT e, mais tarde, na OMC.

Barfield<sup>14</sup> (2003, *apud* KRAMER, 2012) demonstrou o dano que as investigações antidumping causam à concorrência no mercado, justamente por serem destinadas a salvar indústrias e setores não competitivos. Além disso, o autor comenta que o antidumping deixou de ser uma prática exclusiva dos países desenvolvidos e passou a ser prática recorrente de países em desenvolvimento.

Jallab e Kobak (2006) relatam dados estatísticos interessantes. Eles demonstram, por exemplo, que num período de três anos os EUA tiveram 76% das investigações antidumping sendo iniciadas sem que houvesse justificativa econômica para tal. A conclusão dos autores foi de que esse dado revela a utilização do antidumping para evitar a concorrência, e não para combater o dumping, desmascarando a finalidade protecionista das iniciativas. No mesmo período, na Europa, 68,2% das investigações antidumping se encontravam na mesma situação (ausência de justificativa econômica).

Barral (2005) também assinala a utilização do antidumping como ferramenta protecionista. O autor chegou a empregar a seguinte expressão para definir as medidas antidumping: “arma química da guerra comercial”. Também argumenta que

---

<sup>14</sup> BARFIELD, Claude. *High-Tech Protectionism: The Irrationality of Antidumping Laws*. Jackson (Tennessee): AEI Press, 2003, pág. 57.

um dos grandes motivos para a proliferação dessas medidas está na facilidade de sua aplicação.

Finger e Zlate<sup>15</sup> (2005, *apud* BARROS, 2008) explicam que o aumento no número de investigações antidumping é extremamente custoso para a economia, pois representa um forte mecanismo de proteção à indústria doméstica. A facilidade na sua aplicação implica em abusos, representando um grave dano ao livre comércio. Além disso, a amplitude e ambiguidade presentes na legislação permitem que facilmente se conclua pela existência de dumping. Isso explicaria o porquê de, entre 1990 e 2003, o comércio mundial ter crescido 80%, ao passo que as medidas antidumping cresceram o dobro.

Araújo e Miranda (2008) sintetizam muito bem a crítica ao antidumping. Eles defendem o entendimento de que o roteiro de uma investigação antidumping sempre é mais simples, além de oferecer aos exportadores a oportunidade para usufruir de uma compensação, na forma de acordos de preços. Com o término da investigação, as rendas resultantes da proteção são repartidas entre exportadores e a indústria doméstica, às custas dos consumidores do país importador. Isso fez com que as medidas antidumping se tornassem as preferidas dos governos para conferir uma proteção seletiva e temporária para indústrias que perderam a competitividade no cenário internacional.

De acordo com Klitgaard e Schiele (1998): “[...] este instrumento, como todas as barreiras comerciais, causam dano à economia por aumentarem diretamente os preços que consumidores e produtores devem pagar pelos bens<sup>16</sup>”.

Ainda segundo os autores, as medidas antidumping estão sujeitas ao abuso de produtores domésticos que alegam dumping apenas para enfraquecer a competição e manter seus próprios preços elevados. Seria uma espécie de autoproteção.

O argumento desses autores se confirma quando analisamos os estudos apresentados por Lima-Campos (2004), no qual ele provou que a simples solicitação para abertura de investigação antidumping traz graves consequências para o produto investigado. Mesmo que não haja a imposição de medidas antidumping, a

---

<sup>15</sup> FINGER, Michael J e ZLATE, Andrei. Anti-dumping: Prospects for Discipline from the Doha Negotiations, November 17, 2005.

<sup>16</sup> “[...] *this instrument, like all trade barriers, hurts the economy by directly raising the prices that consumers and manufacturers must pay for goods.*”

simples abertura do processo investigatório causa prejuízos irreparáveis à atividade exportadora.

Barros (2009) traz uma interessante observação. Explica a autora que o protecionismo das medidas antidumping pode ser verificado por um fato concreto, que é o fato de haver maior concentração de pedidos de investigação antidumping nos setores industriais muito antigos (setores de aço e têxtil), que quais sofrem com problemas de competitividade, e em alguns setores modernos, que possuem custo de produção muito elevado (setor agrícola, por exemplo).

Também vale citar Barros (2002) em sua tese de mestrado, quando diz que a legislação foi criada para proteger os concorrentes do mercado e não a concorrência em si. Por conta disso, a utilização do antidumping com fins protecionistas seria inevitável.

Merecem destaque as considerações de Cordovil (2012, p. 118), que expõe o posicionamento contraditório que os países possuem no âmbito do comércio internacional:

Não são raras as críticas à prática antidumping dos Membros da OMC. Na maioria dos casos, as falhas são a consequência de interpretações erradas do texto do Acordo Antidumping, ou de suas lacunas. Todas críticas têm um só fundamento: a utilização indevida do instrumento antidumping como peneira para barrar importações decorrentes do aumento do fluxo do comércio internacional. Os Membros da OMC celebram concessões, reduzem tarifas, mas, por outro lado, aumentam a proteção por meio do antidumping.

Ainda de acordo com Cordovil (2012), são diversos os problemas decorrentes da aplicação indevida do antidumping. Segundo a autora, podem ser observadas consequências sensíveis no comércio internacional, tais como conflitos entre países que são parceiros comerciais, falta de credibilidade e afastamento de investimentos, além de consequências para o próprio país que deu início à investigação, como o aumento do custo importador, a possível escassez do produto, etc.

Já em relação ao mercado interno, Tomazette (2008, p. 194) traz as seguintes considerações:

Com efeito, o objetivo das medidas *antidumping* é, em maior ou menor grau, a proteção da indústria nacional, de modo que tal justificativa seria razoável para a imposição de medidas *antidumping*. Todavia, a eliminação de

produtores ineficientes é uma consequência natural do livre comércio, não podendo ser reprimida pela adoção de medidas *antidumping*. Tais efeitos poderiam ocorrer mesmo sem a prática do dumping. Proteger setores ineficientes da indústria nacional não é uma justificativa economicamente viável para as medidas *antidumping*. Economicamente não se sustenta a ideia de proteção do mercado nacional que pode ser realizada em detrimento de benefícios que geram maiores eficiências.

### **CAPÍTULO III – PELO FIM DO PROTECIONISMO DISFARÇADO: MELHORIAS OU EXTINÇÃO DO ANTIDUMPING?**

No capítulo anterior, demonstramos as principais críticas que são feitas aos direitos antidumping, sobretudo aquelas referentes ao caráter protecionista desses direitos. Pelo fato de entendermos que o protecionismo é um mal a ser combatido, o presente capítulo será destinado a apresentar as soluções ou alternativas que são sugeridas por importantes estudiosos do tema, seja para aprimorar o antidumping e livrá-lo desse mal, seja para eliminar o próprio antidumping.

Portanto, veremos que há uma multiplicidade de sugestões, até pelo fato de que o dumping e os direitos antidumping são controversos por natureza, já que suscitam diferentes interpretações inclusive em relação aos seus conceitos.

Segundo Moen<sup>17</sup> (1998 *apud* BARROS, 2009), existem pelo menos três entendimentos sobre o dumping. O primeiro enxerga o dumping como uma arma protecionista sem fundamentação econômica, razão pela qual deve ser extirpado de todas as legislações.

O segundo entendimento é de há um exagero quanto à questão do protecionismo, pois haveria o equivocado entendimento de que todo tipo de dumping é nocivo (e não apenas o predatório). Portanto, para esse segundo entendimento, o antidumping seria um instrumento de defesa comercial perfeitamente legítimo para combater abusos perpetrados por países exportadores.

Já o terceiro posicionamento apontado pelo autor é aquele que reconhece a utilização do antidumping com finalidades protecionistas, mas também reconhece que se ele é resultado de diversas negociações internacionais. Por isso, seria o caso de apenas reformular e modernizar as legislações antidumping.

Como se vê, Moen demonstra com clareza que as sugestões de alteração ou extinção do antidumping variam conforme o posicionamento que se adota sobre o dumping, o que é bastante lógico. Vejamos com maiores detalhes algumas dessas sugestões.

---

<sup>17</sup> MOEN, Paul I. A. *Public Interest Issues in International and Domestic Anti-Dumping Law: The WTO, European Communities and Canada*. Genebra: Institut Universitaire de Hautes Etudes Internationales, 1998.

## 1 PROPOSTA DE ABOLIÇÃO DO ANTIDUMPING

Um dos autores que defende a abolição do antidumping é o professor Robert McGee. Em artigo intitulado “Abolish the Antidumping Laws”, McGee (2002) demonstra dados estatísticos que comprovam o crescimento exacerbado do uso de medidas antidumping, bem como critica os critérios que supostamente justificam a utilização dessas medidas.

Primeiramente, ele critica o critério do preço predatório, que seria a conduta de vender um produto a um preço baixíssimo, objetivando derrotar a concorrência de maneira “predatória”, persistindo até que todos os concorrentes tenham falido. O professor critica esse critério por entender que tal prática não ocorre na realidade, já que seria uma conduta extremamente irracional para uma empresa, pois o que se ganha em termos de fatia de mercado não compensa. Para manter a competição neutralizada, seria preciso manter os preços em níveis baixos por tempo indefinido, prejudicando o lucro da própria empresa. Enfim, o que o professor procura explicar é que o preço predatório não ocorre, pois utilizá-lo seria como eliminar a concorrência e depois cometer suicídio.

Em seguida, McGee (2002) critica o critério de venda abaixo do valor normal. Ele afirma que as empresas têm liberdade para cobrar preços distintos em diferentes mercados, não havendo nada de errado nisso. O autor ainda argumenta que se internamente a discriminação de preços já é compreensível, também será quando estivermos lidando com diferentes países, com mercados muito diferentes entre si. Logo, não haveria razão para aplicar medidas antidumping pelo simples fato de uma empresa cobrar preços diferenciados em mercados que possuem características distintas. Ademais, a venda de produtos a preços mais baixos só tende a favorecer os consumidores. Por isso, o professor afirma que o antidumping contribui para efetivar o anseio protecionista de indústrias ineficientes, gerando enorme prejuízo aos consumidores.

Por conta dessas críticas, McGee entende que os direitos antidumping possuem um defeito que está enraizado em sua estrutura, não sendo possível alterá-los. Segundo o professor, mesmo que seja reconhecido o uso abusivo do antidumping, isso não impede que empresas estrangeiras e consumidores continuem sendo prejudicados pela utilização de direitos antidumping com

finalidades protecionistas. Isso é extremamente negativo, uma vez que os consumidores não possuem um dever moral de sustentar uma indústria ineficiente. Ao contrário, os consumidores tem o direito à liberdade de comprar o que quiserem, mesmo que se trate de produtos estrangeiros de baixo custo.

Como se percebe, McGee possui uma visão bastante extremista em relação ao antidumping, o que explica a sua proposta de abolição. Segundo a síntese de Moen, apresentada no início deste capítulo, podemos concluir que McGee se encontra no grupo dos que consideram o antidumping como uma ferramenta protecionista sem qualquer fundamentação econômica, de modo que o Direito não pode servir como um meio de legitimação para algo evidentemente nocivo aos consumidores em geral.

## 2 PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO ANTIDUMPING

Segundo Barros (2009), o entendimento mais ponderado e adequado é aquele que advoga por alterações pontuais (como a redefinição do conceito de dano) já seriam suficientes. A ideia é que sejam feitas alterações para que se apliquem direitos antidumping quando houver dano à concorrência, e não dano aos concorrentes, que é como funciona atualmente.

Portanto, Barros (2009) defende que devem ser feitas mudanças na legislação antidumping, e não a sua abolição. Segundo a autora (2009, p. 159):

O ideal é a introdução gradual de novos conceitos na legislação *antidumping* ou, melhor dizendo, de conceitos antigos reformulados e aperfeiçoados, de maneira a fazer com que essa se torne mais eficaz para combater o *dumping* realmente nocivo (aquele que afeta os consumidores finais).

Das alterações que Barros defende, a principal é a transferência de um conceito do direito antitruste para o antidumping. A autora afirma que a legislação antidumping procura proteger o empresário nacional, ao invés de proteger o consumidor. Essa inversão de valores poderia ser solucionada, segundo a autora, pela introdução do conceito de proteção da coletividade, que é um conceito elementar na lei antitruste, pois protege a concorrência com o escopo de também proteger o consumidor final, impedindo que distorções do mercado prejudiquem a

competitividade e reflitam na coletividade, que sempre acaba pagando mais caro por produtos quando se estabelece algum tipo de monopólio ou cartel.

Além dessa mudança, Barros (2009) sugere outras, que são as seguintes:

- a) revisão do conceito de mercado, conforme a definição de ‘mercado relevante’ do direito antitruste, de modo que a análise dos produtos não se concentre nas características físicas do produto, mas sim na possibilidade de ele ser substituído pelo consumidor;
- b) revisão do alvo das medidas, pois atualmente elas são direcionadas aos países, e não às empresas. O antidumping deve ser usado para punir uma empresa, e não todo um setor da economia;
- c) revisão do padrão de prova, para que seja condenado apenas o dumping predatório.

Hindley e Messerlin (1996) defendem que o uso do antidumping deve se restringir ao combate do dumping predatório, e para tal eles sugerem a substituição dos direitos antidumping pela legislação antitruste. Assim, o antidumping seria aplicado de maneira subsidiária e como um último recurso, notadamente nos casos em que algum país insistisse em fechar o seu mercado com condutas protecionistas. Enfim, o antidumping só incidiria sobre os “*sanctuaries markets*”, expressão empregada pelos autores para designar os países que procuram tratar a sua economia como um santuário sagrado, livre de influências externas.

Outro autor que defende mudanças a partir do direito antitruste é Barral (2000). Ele defende a incorporação de princípios do direito antitruste no antidumping. Seguindo a mesma linha de raciocínio de Hindley e Messerlin, Barral entende que o antidumping só pode ser aplicado nas hipóteses de dumping predatório. Sendo assim, o ideal seria trazer os princípios do antitruste para o antidumping. Como consequência, a repressão só aconteceria quando fosse verificado o “*underselling*”, ou seja, quando ocorresse a venda abaixo dos preços de custo e ficasse comprovado o prejuízo à concorrência.

Por fim, vale destacar as sugestões de Kramer (2012). Para a autora, diversas mudanças poderiam ser implementadas. Veremos algumas dessas sugestões, notadamente aquelas que podem ser aplicadas no Brasil, a partir de uma renegociação do ADA.



Segundo Kramer (2012, p. 177), uma mudança interessante seria aumentar o *de minimis* da margem de dumping:

Dois por cento é um percentual muito baixo, que não chega a cobrir os custos administrativos que o governo importador terá para administrar a imposição da medida antidumping, tal como emissão de licenças de importação e eventual investigação decorrente de pedido de revisão.

Além disso, diante da discricionariedade que a autoridade investigadora tem para realização dos cálculos, é possível que a apuração da margem de dumping não reflita exatamente o dumping praticado.

Portanto, a sugestão da autora é de que o percentual seja majorado de 2% para 5%. Isso iria poupar o Estado, trazendo-lhe mais benefícios do que prejuízos. Outra vantagem seria a maior certeza sobre a necessidade de punição do acusado.

Outra mudança seria a condução das investigações por painéis multilaterais. Basicamente, as investigações contariam com a participação de autoridades investigadoras de todos os países envolvidos. Após a análise preliminar do país importador (para verificar se o *de minimis* foi ou não constituído), as autoridades investigadoras dos países exportadores ficariam responsáveis pela averiguação do dumping, ao passo que a autoridade nacional ficaria incumbida de verificar o dano. Só após tais análises a autoridade nacional poderia analisar onexo causal e o interesse público, e então eventualmente aplicar medidas antidumping. A grande vantagem dessa mudança seria o fato de que as medidas antidumping seriam aplicadas apenas à empresas praticantes de dumping, e não à totalidade das empresas do mesmo setor.

E por último, poderia haver uma revisão da medida aplicada por um painel binacional como alternativa à revisão judicial. Seria uma espécie de painel *ad hoc*, que substituiria a revisão judicial para resolver a controvérsia. Como a própria autora ressalta, essa alteração foi proposta para a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), mas não chegou a ser implementada. Não obstante, nada impede que essa alteração seja aplicada no MERCOSUL, desde que o painel bilateral aplique as normas da OMC.

Note-se, portanto, que apesar de essas sugestões serem direcionadas ao Brasil elas podem ser aplicadas em qualquer país membro da OMC, pois são mudanças que afetam a aplicação das medidas antidumping como um todo.

## CONCLUSÃO

A falta de rigor nos acordos multilaterais em vigor, bem como o excesso de discricionariedade dos procedimentos de investigação, cria certos paradoxos no sistema de comércio internacional. A contradição exposta neste trabalho decorre de uma busca para garantir ausência de barreiras nas trocas comerciais ao mesmo tempo em que são autorizadas formas cada vez mais sofisticadas de protecionismo comercial.

Diante das pressões de grupos de interesse, que visam proteger-se da concorrência interna e externa, são resgatadas antigas armas protecionistas, utilizadas cada vez mais de maneira seletiva.

Falando especificamente do Brasil, observa-se que o uso discricionário de medidas antidumping traz enormes impactos, muitos deles negativos, sobretudo no que diz respeito à capacidade de importação e à disponibilidade de produtos variados no mercado brasileiro. Nesse contexto, presenciamos cada vez mais a estagnação das indústrias brasileiras, como se elas já não fossem defasadas o bastante. Mais do que isso, presenciamos prejuízos enormes para os consumidores, que acabam se contentando com produtos caros e de menor qualidade para que indústrias ineficientes continuem operando.

Embora seja incontestável que as medidas antidumping têm sido utilizadas com finalidades protecionistas, não podemos deixar de reconhecer que a sua abolição não parece ser a melhor solução. Demonstramos ao longo deste trabalho que o dumping, por si só, não é algo reprovável. Pelo contrário, procuramos demonstrar que o somente o dumping condenável deve ser alvo de direitos antidumping. Embora a modalidade condenável do dumping seja pouco comum, só ela pode servir de fundamento para a aplicação de medidas antidumping.

Dessa forma, acreditamos que a melhor solução é aprimorar a legislação, reduzindo ao máximo as lacunas e coibindo o uso discricionário das medidas antidumping, afinal são esses os maiores problemas que facilitam a utilização dessas medidas com finalidades protecionistas. Em outras palavras, acreditamos que o mal a ser combatido é o protecionismo disfarçado, e não as medidas antidumping como um todo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, José Tavares de; MIRANDA, Pedro. **Antidumping e Antitruste: peculiaridades do caso brasileiro**. Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, Breves CINDES, n.8, ago. 2008. Disponível em: <[http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com\\_jdownloads&Itemid=14&view=view.download&cid=10](http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=14&view=view.download&cid=10)>. Acesso em 12/09/2013.

AZÚA, Daniel E. Real de. **O Neoprotecionismo e o Comércio Exterior**. São Paulo: Aduaneiras, 1986. *Apud* BRITO, Vanessa de Mello. Antidumping e Protecionismo. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BARFIELD, Claude. **High-Tech Protectionism: The Irrationality of Antidumping Laws**. Jackson (Tennessee): AEI Press, 2003, pág. 57. *Apud* KRAMER, Cynthia. Medidas antidumping: devido processo legal à luz das regras da OMC. Tese (Doutorado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BARRAL, Welber. **Antidumping Measures: Prospects for Developing Countries** (January 21, 2003). IRI/UFSC Working Paper No. 01/03. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=373320>. Acesso em 18/09/2013.

\_\_\_\_\_. **Dumping e Comércio Internacional; A Regulamentação Antidumping após a Rodada do Uruguai**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

\_\_\_\_\_. **Negociações Multilaterais, Antidumping e a Trade Policy Authority: alternativas para o Brasil**. *Apud* LIMA-CAMPOS, Alúcio (Org). Ensaio em Comércio Internacional: antidumping, disputas comerciais e negociações multilaterais. São Paulo: Editora Singular, 2005.

BARROS, Maria Carolina M. **Antidumping e Antitruste: Interface Possível no Sistema Multilateral de Comércio**. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Antidumping e Protecionismo**. São Paulo: Aduaneiras, 2009.

\_\_\_\_\_. **O direito antidumping como arma protecionista**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BHAGWATI, Jagdish. **Protectionism**. Cambridge (MA): The MIT Press, 1988.

BLACK, Henry C. **Black's Law Dictionary**. 5 edition. St. Paul: West Publishing Co, 1979.

BRITO, Vanessa de Mello. **Antidumping e Protecionismo**. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CARLUCI, José Lence. **Uma introdução ao Direito aduaneiro**. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

CORDOVIL, Leonor. **Antidumping: Interesse público e protecionismo no comércio internacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

COSTA, Ligia Maura. **OMC: Manual Prático da Rodada Uruguai**. São Paulo: Saraiva, 1996.

FEENSTRA, Robert. C. **Advanced International Trade: theory and evidence**. Princeton University Press, Princeton, New Jersey: 2004.

FINGER, J. Michael. **Antidumping: How it Works and Who Gets Hurt**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1998.

FINGER, Michael J.; ZLATE, Andrei. **Anti-dumping: Prospects for Discipline from the Doha Negotiations**. Boston College Working Papers in Economic, n.632, 17 nov. 2005. *Apud* BARROS, Maria Carolina M. Antidumping e Antitruste: Interface Possível no Sistema Multilateral de Comércio. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FONSECA, Hugo Soares Porto. **Tensões nas Relações Comerciais Internacionais: Medidas Antidumping e Protecionismo sob uma perspectiva brasileira**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <[www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito\\_FonsecaHS\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_FonsecaHS_1.pdf)> Acesso em 7, set. 2013.

GUEDES, Josefina Maria M.M e Pinheiro, Silvia M. **Antidumping, subsídios e medidas compensatórias**. 3ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

HINDLEY, Brian; MESSERLIN, Patrick A. **Antidumping Industrial Policy – Legalizes Protectionism in the WTO and What to do about it**. Washington, D.C: The AEI Press, 1996.

JACKSON, John. **Dumping in International Trade: Its meaning and Context, in Antidumping Law and Practice: a comparative study**. Ann Arbor: Michigan University Press, 1989. *Apud* KRAMER, Cynthia. Medidas antidumping: devido processo legal à luz das regras da OMC. Tese (Doutorado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

JALLAB, Mustapha Sadni; KOBAC, James B. **Antidumping as Anticompetitive Practice Evidence from the United States and the European Union**. Journal of Industry, Competition & Trade, Berlim, v.6, n. 3-4, p. 253-257, 2006.

KLITGAARD, Thomas; SCHIELE, Karen. **Free Versus Fair Trade: The Dumping Issue** (august 1998). Current Issues in Economics and Finance, Vol. 4, No. 8, August 1998. Disponível em SSRN: <<http://ssrn.com/abstract=997397>>. Acesso em 04/08/2013.

LIMA-CAMPOS, Aluísio de; VITO, Adriana. **Abuse and Discretion: the impact of antidumping and countervailing duty proceedings on Brazilian exports to the United States**. Journal of World Trade, vol. 38, n. 1, 2004.

LIMA-CAMPOS, Aluísio (Org). **Ensaio em Comércio Internacional: antidumping, disputas comerciais e negociações multilaterais**. São Paulo: Editora Singular, 2005.

JÚNIOR, Márcio de Oliveira. **Non Tariff Barriers to Trade in Mercosur: Focusing Brazilian Exports of Steel Products** (May 2001). IPEA Discussion Paper No. 792. Disponível em SSRN: <<http://ssrn.com/abstract=290269>>. Acesso em 10/8/2013.

LINDSEY, Brink et IKENSON, Dan. **Antidumping 101: The Devilish Details of “Unfair Trade” Law**. Cato Institute. Center for Trade Policy Studies . n.20. November, 2002. *Apud* FONSECA, Hugo Soares Porto. Tensões nas Relações Comerciais Internacionais: Medidas Antidumping e Protecionismo sob uma perspectiva brasileira. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

LÔBO, Marcelo Jatobá. **Direitos Antidumping**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

MCGEE, Robert W. **Abolish the antidumping laws**. Economic Affairs – Issue 4. V. 22, p. 50, dec. 2002.

\_\_\_\_\_. **The Philosophy of Trade Protectionism, Its Costs and Its Implications** (July, 1996). Policy Analysis No. 10. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=91369>. Acesso em 8/08/2013.

MOEN, Paul I. A. **Public Interest Issues in International and Domestic Anti-Dumping Law: The WTO, European Communities and Canada**. Genebra: Institut Universitaire de Hautes Etudes Internationales, 1998. *Apud* BARROS, Maria Carolina Mendonça de. Antidumping e Protecionismo. São Paulo: Aduaneiras, 2009.

KRAMER, Cynthia. **Medidas antidumping: devido processo legal à luz das regras da OMC**. Tese (Doutorado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-14062013-133021.php>>. Acesso em 5/08/2013.

SANTORO, Valéria Figueiró. **Dumping a partir de uma abordagem dogmática e aplicada no âmbito da OMC: estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-04012011-155550](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-04012011-155550)>. Acesso em 18/10/2013.

STIGLITZ, Joseph E. **Dumping on Free Trade: The US import Trade Law**. Chattanooga: Southern Economic Journal, 1997. *Apud* BARROS, Maria Carolina M. Antidumping e Antitruste: Interface Possível no Sistema Multilateral de Comércio. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

THORSTENSEN, Vera. **OMC – Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a Rodada do Milênio**. São Paulo: Aduaneiras, 1999.

TOMAZETTE, Marlon. **Comércio Internacional & Medidas Antidumping**. Curitiba: Juruá, 2008.

VINER, Jacob. **Dumping: a problem in International Trade**. New York: Augustus M. Kelley Publishers, 1996.